

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ÉRICK LUIZ WUTKE RIBEIRO

**Historiografia conservadora no Brasil: *O Homem e a Montanha* (1944) de
João Camillo de Oliveira Torres**

UBERLÂNDIA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ÉRICK LUIZ WUTKE RIBEIRO

**Historiografia conservadora no Brasil: *O Homem e a Montanha* (1944) de
João Camillo de Oliveira Torres**

Monografia apresentada a Universidade
Federal de Uberlândia – Instituto de História –
para obtenção do Título de Graduação em
História.

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

UBERLÂNDIA

2016

RIBEIRO, Érick Luiz Wutke. (1991)

HISTORIOGRAFIA CONSERVADORA NO BRASIL: *O Homem e a Montanha*
(1944) de João Camillo de Oliveira Torres.

Érick Luiz Wutke Ribeiro – Uberlândia, 2016.

64 fls.

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de
Graduação em História.

Inclui Bibliografia

Conservadorismo; Historiografia brasileira; João Camillo de Oliveira Torres.

ÉRICK LUIZ WUTKE RIBEIRO

**Historiografia conservadora no Brasil: *O Homem e a Montanha* (1944) de João Camillo
de Oliveira Torres**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Orientador)

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – CONSERVADORISMO, CONSERVADORISMO BRASILEIRO E HISTORIOGRAFIA CONSERVADORA BRASILEIRA	12
DEFININDO PLATITUDES: QUE SÃO CONSERVADORISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL ...	12
A CONCEPÇÃO CONSERVADORA DA HISTÓRIA SEGUNDO JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES	22
CAPÍTULO 2 – <i>O HOMEM E A MONTANHA</i>: ANATOMIA.....	31
FISIOLOGIA: A PARTE E O TODO.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
BIBLIOGRAFIA	60
ANEXO.....	63

Agradecimentos:

Agradeço a Deus por servir-me de força nos momentos de maior desânimo e dificuldade. À Providência que permitiu a realização de um potencial que pode ser vocação.

Agradeço sumamente à minha *família*: meu pai Gianni Luiz Ribeiro, e minha mãe Cristie Finotti Wutke, por serem os canalizadores dessa força divina que me ajudou a transpor desafios, modelos e esteio de vida. Igualmente agradeço a todos os demais familiares, especialmente meus avós, e bisavós, por me ensinarem que no passado há mais do que simplesmente aquilo que quero dizer dele.

A Rafael de Lima Fonseca, que encarnou a máxima “*idem velle, idem nolle*” na irmandade em espírito, e a quem devo as mais primevas discussões e inspirações para uma pesquisa deste escopo. Também agradeço a Jorge Conceição, que também se irmana a nós pelas inclinações e rejeições – lembrando que fundara ele antes essa fraternidade com o primeiro – mesmo que a distância.

Agradeço a Paula Cecília Borges Mendes, que atuou em minha vida como personagens de nosso estimadíssimo Dostoievsky: ora como uma Sônia – uma luz pura capaz de operar milagres –, ora como um Aliócha: mediadora de todas pneumopatias, e sempre acreditou mais em mim do que eu mesmo.

A todos os amigos queridos Gustavo Almeida Vieira, Flávio Monteiro de Sousa Pereira, Cinthia Martins, Jéssica Honório, Pedro e André Benedetti, Suelen Caldas, Letícia Falcão, Rafael Vinícius da Costa e outros ainda pelo companheirismo, troca de experiências e saberes.

Ao professor Dr. Jean Luiz Neves Abreu, orientador, já de longa data nesta e noutra pesquisa, por sua paciência infindável, disposição e por nunca ter desistido de criticar, sugerir e aplinar as arestas deste orientando contumaz e relapso.

Resumo:

Para além dos chavões da luta política, conservadorismo designa uma corrente legítima de ideologia – em seus dois sentidos: amplo e restrito – como força política e como conjunto de ideias. Neste último sentido, o conservadorismo é uma marca da formação brasileira e consequentemente da interpretação dessa formação: a historiografia de caráter conservador. Embora tenha quase desaparecido nas últimas décadas, a política abertamente conservadora e a própria historiografia conservadora permaneceram subjacentes aos processos respectivos do ciclo cultural: a política partidária e o debate acadêmico. Esta pesquisa deseja recuperar o sentido e os significados estabelecidos pela pesquisa histórica conservadora em suas próprias obras. No caso, por meio da análise do livro *O Homem e a Montanha* publicado em 1944 pelo historiador mineiro João Camillo de Oliveira Torres

Palavras-chave: conservadorismo, historiografia brasileira, João Camillo de Oliveira Torres, História de Minas Gerais

Abstract:

Apart from clichés that arise from political struggle, conservatism is a legitimate stream of ideology, in both of its meanings: broad and narrow – as a political force and simply as set of ideas. In this latter sense, conservatism is a trademark of Brazilian historical development and hence the interpretation of such formation: the historiography of conservative sort. Although almost vanished in recent decades, the openly conservative politics and conservative historiography itself remained latent in the respective processes of the cultural cycle: partisan politics and the academic debate. This research wants to recover the sense and meanings established by the conservative historical research at their masterpieces themselves. The case being, by the analysis of the book *O Homem e a Montanha* (that can be freely translated as *The Man and the Mountain*), published in 1944 by the Minas Gerais estate born historian João Camillo de Oliveira Torres.

Key-words: conservatism, brazilian historiography, João Camillo de Oliveira Torres, History of Minas Gerais

Introdução

A um dos *topoi* mais comuns sobre a inclinação política dos brasileiros: a de que sua população é majoritariamente conservadora, corresponde ausência quase total desse conservantismo no debate público,¹ especialmente no debate acadêmico e na estrutura político-partidária. O que se assiste hoje é o inverso do ciclo normal da história das ideias, especialmente as ideias políticas. Normalmente são articuladas em ambiente acadêmico e então ganham aos poucos e ao longo dos anos o debate público, consubstancializando-se em partidos e ações de governo. Por muito tempo aquilo que se chama *conservadorismo* não permeou nenhuma das instâncias: parece ter ficado latente na população “não letrada”. Os acontecimentos recentíssimos – em matéria de História dois ou quatro anos são um piscar de olhos – trouxeram à tona esse potencial latente e como caixa de pandora todas as novas significações estão à solta.

Concebeu-se o pano de fundo desta pesquisa antes desse destio despertar do cenário político atual. O problema já estava posto: como pode haver conservadorismo e até uma alegada “cultura conservadora” se não há debate conservador, partido conservador, líderes políticos, pensadores, jornalistas, filósofos, historiadores enfim que se autodeclarem conservadores? Sempre houve, é certo, alguns “bastiões” da causa, espalhados aqui e acolá. É próprio do nome *cultura* um sistema que se alimenta, que se cultiva em várias instâncias da sociedade e no tempo.

Se se pode dizer que a História prova algo, seria tentador dizer que esta já deu veredito em favor da falsidade da última tese: realmente não pode uma política se sustentar por muito tempo quando afastada das bases das convicções populares. Mesmo assim, o problema anterior continua: como um país de séculos de formação, história e signos conservadores perdeu, logo após o fim da Ditadura Militar no Brasil (1964-1988) sensivelmente qualquer espaço na arena pública.

¹ Em pouquíssimo tempo as coisas parecem mudar. Como reação ao quadro político institucional dos últimos anos tem-se falado, é verdade, em ressurgência conservadora, despertar da direita e todo tipo de dístico retumbante e trágico. Se apareceu novamente no debate público é certamente resultado de um “antipetismo” de massa, ainda mal articulado na *república das letras* e menos ainda no ambiente de pesquisa acadêmica, mas paralela a ela. Exemplo maior é o *boom* editorial a que se assistiu nos últimos anos de livros que tratam do assunto (só na bibliografia deste estudo contam-se cinco livros publicados num prazo pouco maior de dois anos que visam explicar as *ideias conservadoras*).

O primeiro passo então é dúplice, como não poderia deixar de ser: entender o que é o conservadorismo – suas concepções, seus principais autores – e o que é o conservadorismo no Brasil, especialmente como filiação intelectual dos historiadores brasileiros. Como se vê é uma pesquisa que pode desdobrar-se infinitamente: primeiro abarcando os historiadores conservadores, depois todos os possíveis “intérpretes” (filósofos, artistas, políticos, antropólogos) conservadores do Brasil. Assim, e somente assim, pode-se falar com mais propriedade do que é o conservadorismo brasileiro e como ele lê o Brasil. Somente após esse levantamento, me parece, é adequado falar se há ressurgimento ou “onda conservadora” ou somente refluxo de concepções arcaicas más digeridas pela pressa do combate político hodierno.

Esta monografia tenta fazer seu trabalho de formiga devolvendo ao curso natural do debate de ideias aos âmbitos da educação superior. A exigência primeira dessa tarefa tem por objetivo específico fugir da língua de pau, ou *langue de bois*, definida por Heitor de Paola (2012, s. p.) como “uma forma rígida de expressão, nomeadamente no domínio da política, através da multiplicação de estereótipos e de fórmulas congeladas.” Urge sair do discurso da demagogia – que impera mesmo nas *ciências* humanas – e diligenciar no discurso do conhecimento.

Como demonstrativo dessas premissas, escolheu-se um autor, e em sua vasta obra, uma específica (e atípica se comparada com as demais de sua lavra) para serem analisados nesta pesquisa. Trata-se de João Camillo de Oliveira Torres² e seu livro é *O Homem e a Montanha*, finalizado em 1943 e publicado no ano seguinte.

João Camillo de Oliveira Torres nasceu em Itabira do Mato Dentro, em 31 de julho de 1915, filho de pai homônimo, inspetor de linhas telegráficas e pioneiro das mineirações no vale do Rio Doce e de Rosa de Assis de Oliveira Drummond – era primo do poeta Carlos Drummond de Andrade. João Antonio de Paula (2011, p. 15) nos lembra que era irmão de Luiz Camillo de Oliveira Torres “grande nome da pesquisa em História do Brasil, responsável pela descoberta e transferência para o país de importantes documentos da história brasileira”, além de diretor da Casa de Rui Barbosa, professor da Universidade do Distrito Federal, diretor da biblioteca do Itamaraty e também autor de importantes estudos sobre brasileiros e mineiros. Sua família paterna, esclarece em nota a editora ao livro do próprio Oliveira Torres

² Como se percebe em alguns livros, muitos vezes seu sobrenome vem grafado “Tôrres”, e muitos que o citam – especialmente na Internet –, não atentam para a consoante dupla do segundo nome, escrevem somente “Camilo”. Esta é a forma também usada por José Honório Rodrigues. Preferiremos a contradição em quase todos os seus livros, editados quando vivo e póstumos, que é a que se apresenta no corpo do texto.

(1973, p. xi), explorou desde tempos de Dom João VI uma pequena siderúrgica na cidade – referência que faz na dedicatória de *O homem e a montanha* “... à velha fábrica do Girau”.

João Camillo concluiu os estudos intermediários em Belo Horizonte e bacharelou-se em Filosofia pela Universidade do Distrito Federal, do Rio de Janeiro. “Em 1937, tornou-se jornalista. Em 1942, passou a lecionar História do Brasil na Faculdade de Filosofia Santa Maria, da então Universidade Católica de Minas Gerais, e História de Minas Gerais na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (UFMG)”. Além de professor foi também membro do Conselho Estadual de Educação e do Conselho Estadual de Cultura Popular de Minas Gerais. Além de laureado – justamente com *O Homem e a Montanha* – com o prêmio Diogo Vasconcelos pela Academia Mineira de Letras, tornou-se mais tarde membro dela e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e à Academia Portuguesa de História. Além de todas essas atividades foi também funcionário de carreira do sistema previdenciário público brasileiro, chegando a chefiar departamento – e muitas vezes refletindo sobre reformas e o caráter da previdência social em seus livros.

Foi também um católico e pensador católico ativo, escrevendo continuamente para a imprensa religiosa, especialmente católica, “escreveu regularmente no *O Diário Católico* de Belo Horizonte (seu primeiro artigo no jornal data no natal de 1936), nas *Vozes dos franciscanos* de Petrópolis, e na famosa *A Ordem*, do Rio de Janeiro, também com colaboração regular.” resume Rodrigo Coppe Caldeira (2011, p. 236) em artigo intitulado “O catolicismo militante em Minas Gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres”.

Faleceu a 16 de janeiro de 1973, em Belo Horizonte. Deixou monumental obra:³ livros de ciência política, história, filosofia e teologia, até livros infantis e de divulgação histórica para o público infanto-juvenil. Sobre Minas Gerais é marcado o já citado *O homem e a Montanha* (1944) e especialmente *História de Minas Gerais* (1961-1962), em cinco volumes. As demais obras mais notáveis se encaixam no seu projeto de vida, que classificou como a *História das Ideias Políticas no Brasil*, escritas seguindo o método do seu denso *Teoria Geral da História* (1963) de mais de 600 páginas em fonte miúda.

Numa “nota do autor” de 1962 ao seu *Interpretação da Realidade Brasileira* (1969), Oliveira Torres (1973, p. xix) elenca 12 livros nesse plano, sendo o próprio *Interpretação...* o

³ Cf. anexo com lista de todas as obras, publicadas e não publicadas, de João Camillo de Oliveira Torres.

primeiro deles. Vários já estavam publicados e são os mais marcantes do autor. É o caso de *Democracia coroadada* (1957), para muitos seu *opus magnum*, rivalizado talvez somente por *Os construtores do Império* (1968). Seguem também os seminais *A formação do federalismo no Brasil* (1961), e *O positivismo no Brasil* (1943), além de *O presidencialismo no Brasil* (1961), *Estratificação social no Brasil* (1965) e por último, um balanço de quase todos esses temas contidos em *A ideia revolucionária no Brasil* (1981).

Diante desse esforço de organizar a própria obra em vida, *O homem e a montanha* “parece ter encontrado para o seu autor um lugar bem distante na sua produção, algo como uma aventura ensaística da mocidade” destaca Mariza Guerra de Andrade (2011, p. 28) É objetivo geral e principal escrutinar essa obra “de juventude” de Oliveira Torres, seu segundo livro como historiador, terceiro como autor. Nele, “possivelmente influenciado pelos *antigos* estudos corográficos [...] pelas narrativas de memorialistas sobre histórias municipais [ele] se vale também de um conjunto diversificado de fontes e de interpretações (nos campos da Sociologia, da História e da Etnologia)” (ibidem, p. 29) para compor esse ensaio sobre Minas, um texto introdutório, mas introdução que traz a marca de vincular o regional com o nacional.

O plano de trabalho desta pesquisa então é apresentado em duas partes. O primeiro capítulo dedicado a 1) Aclarar o que é conservadorismo – tanto como *weltanschauung* como sua tradução em ação política; 2) elucidar o caso específico do conservadorismo no Brasil – suas origens, suas particularidades e diferenças com relação ao conservadorismo articulado pela tradição anglo-americana, e quais os símbolos com que opera no Brasil; e 3) enumerar critérios claros e identificáveis – na medida do possível – de uma historiografia brasileira propriamente conservadora. O segundo capítulo, portanto, é a dissecação do ensaio do historiador mineiro segundo esses critérios e bases históricas do conservadorismo.

Por ter consolidado as bases da teoria da historiografia e a própria historiografia brasileira, José Honório Rodrigues será aqui utilizado largamente em sua análise definidora do que é conservadorismo, o que é precisamente o conservadorismo como maneira peculiar de se escrever história (no capítulo 1) e então aplicar suas categorias à obra de João Camillo de Oliveira Torres, mais especificamente, um de seus primeiros livros: *O Homem e a Montanha* (1944), mas também às demais (no capítulo 2). Mas diga-se: não será usado de maneira acrítica – como um mapa infalível. Cada categoria é analisada, problematizada e mais importante: colocada a par com outros referenciais definidores do conservadorismo, a maioria conservadores eles próprios.

Temos que o segundo capítulo, a que chamei de *Anatomia*, deve produzir mais significados do que simplesmente taxar de conservador uma obra de juventude um historiador que repetidamente se autorizou e foi reconhecido como conservador. Não buscamos aqui um simples carimbo melhor balizado pela empiria documental. Ao contrário, simplesmente dividir obras historiográficas – ou de qualquer cunho científico ou artístico – sob critérios puramente políticos tende a empobrecê-las e a sufocar sua própria significação. Desejo caminhar o caminho oposto: fornecer material para o entendimento de uma importante, talvez a maior, corrente de pensamento e formação política do país, partindo de seus próprios intérpretes.

Eis então o primeiro dos objetivos específicos desta pesquisa: responder se deve ser lidos João Camillo, e mais ainda seu *O homem e a Montanha*. Devem, este livro e este autor, ser lidos por quem deseja entender o que é o Brasil dos historiadores conservadores? Um livro que parece ceder ao determinismo geográfico logo em seu subtítulo tem algo a dizer ao mineiro, ao brasileiro e mais ainda ao historiador de hoje? A resposta não será aqui adiantada. Antes segue outra pergunta: a crítica ou a “superação” de uma obra em ciências humanas a invalida por completo; ou em alguns casos, a traz sob novo lume: contextualizado e servindo novos fins investigativos?

Capítulo 1

Conservadorismo, conservadorismo brasileiro e historiografia conservadora brasileira

Definindo platitudes: que são conservadorismo e conservadorismo no Brasil

Antes de se definir o que seria a historiografia dita conservadora, é preciso definir o termo “conservador” como fenômeno social e político, visto que há primeiro a sociedade, depois suas histórias. A pesquisa sem isso não pode prosseguir, sob risco de ceder ao ruído do tempo e das opiniões fáceis – aceitando por “conservador” a intuição mais rasa de que se fala, simplesmente, daquele que “deseja manter as coisas como estão”. Ou pior: acatando subrepticiamente a linguagem da luta política, e não de sua ciência: uma rotulação. Palavra-gatilho⁴ que nada explica sobre seres humanos concretos, viventes no mundo, suas concepções de mundo, história, política e sociedade.

Num sentido amplo, como lembra Andy Hamilton (2015, s. p.) para a Enciclopédia de Filosofia de Stanford, “conservadorismo” (ou “conservantismo”) sempre existiu, no sentido de uma ainda não autoconsciente *atitude social*, “que expressa o medo humano de mudança súbita, e a tendência à ação habitual”.⁵ Medo das novas coisas e apego às já estabelecidas. Marca que se atribuiu a pensadores tão distantes no tempo e em suas ideias como Aristóteles, Goethe, São Tomás e até Hume. Conteúdo inarticulado, mas sentimentos comuns, “e sentimentos foi tudo o que conservadorismo reuniu, durante boa parte da história humana”, completa Maria Bernadete Oliveira de Carvalho (2005, s. p.)

É na década de 1790 que surge o conservadorismo em sentido restrito: a autoconsciente *força social* como oposição às resultantes do Esclarecimento no Terror da Revolução Francesa. Seu grande articulador é Edmund Burke; seus seguidores cunham o termo (*conservador*) na década de 1820. Nas suas *Reflexões sobre a revolução na França*, Burke antecipava a vio-

⁴ Na já aludida língua de pau, “conservador” caracterizado como *rótulo* incorre numa inverdade – pelo que esconde, pois mostra uma ínfima verdade. É mesmo uma *palavra-gatilho*: uma deformação semântica proposital, decorrente do uso repetitivo e que visa despertar nos interlocutores as emoções e reações desejadas, conforme vem reiterando há anos o professor Olavo de Carvalho (2012, s. p.). “Conservador”, assim, seria sinonímia automática de retrógrado, defesa do atraso e (no universo cultural brasileiro), associado a todo tipo de domínio e exploração de muitos nas mãos de poucos.

Sintomático disso são as constantes referências a figuras intelectuais e políticas estrangeiras como “ultraconservadores” ou “ultradireitistas” na mídia brasileira; quando são tratados somente como direitistas e conservadores em seus países, partícipes do jogo político como trabalhistas, progressistas e socialistas o são.

⁵ Tradução minha do trecho: “*It expresses the instinctive human fear of sudden change, and tendency to habitual action.*”

lência com que escalaria o movimento francês com os jacobinos apenas alguns anos antes, e por consequência os regimes totalitários do século XX. Segundo João Pereira Coutinho (2014, p. 36)

o problema fundacional da revolução francesa [foi] confundir a política com um cálculo matemático; e os seres humanos de uma comunidade real com enunciados de uma mera equação. Tudo em nome de um estado perfeito que, obviamente, existia apenas na cabeça dos filósofos.

Sintoma dessa polêmica com a Revolução Francesa é o questionamento de suas bases desde os filósofos contratualistas. Roger Scruton (2015b, p. 111) explica: “Burke argumentou que só podemos ver a sociedade como um contrato se reconhecermos que o contrato não inclui apenas os vivos, mas também os não nascidos e os mortos.” Ou seja, se dotarmos a administração de um propósito que atenda os que ainda não nasceram, mesmo que não possam reclamar o direcionamento, com base nas regras estabelecidas pelos que vieram antes (e hoje falecidos), cujo respeito nos impede de destruir todas as instituições e a obedecer testamentos, mantendo essas instituições com seus desígnios originários para além da duração de uma única geração humana. Se perder-se o respeito pelos mortos, perder-se-ia também pelas gerações futuras em nome das volições hodiernas. “É por estar consciente de sua transitoriedade que o agente político precisa atuar sem caprichos momentâneos, recusando o papel de ‘legislador da humanidade’”, completa Coutinho (ibidem, p. 63)

Encontra-se numa coligação de artigos e palestras adequadamente intitulada de *A política da prudência* de Russel Kirk (2014, p. 105-112) 10 princípios conservadores, mas princípios baseados no modo de ver social e político, motivo pelo qual ele não aceita designar o conservadorismo como uma ideologia. Seu próprio esforço de articular princípios, mas não dogmas, cristalizar em texto convicções, mas não ideais servem para marcar a ideologia: a passagem da disposição perante o mundo como atuação nele – diferença sutil, mas que marca a contemplação da ação política (e portanto a ideologia)⁶.

Não caberia aqui entrar em cada um dos princípios. Preferiremos resumi-los com os demais autores que hão de se seguir neste estudo. Por ora, marcaremos num só fôlego as palavras-chaves de que Kirk se vale para deixar como ferramentas para os conservadores de todas as épocas e todos os lugares. Diz ele que o conservador crê numa *ordem moral duradoura*,

⁶ Alguns parágrafos adiante retornaremos à discussão do conservadorismo como ideologia ou a “negação da ideologia” como disse Kirk (ibidem, p. 103).

por isso adere a *costumes, à convenção e à continuidade*, logo à *consagração pelo uso*, guiados pelo *princípio da prudência*; creem que há um *princípio de variedade* (negação da igualdade absoluta) e assim vivem atentos à *imperfectibilidade* humana – por isso tudo, requerem sempre da política a *necessidade de limites prudentes sobre o poder e as paixões humanas*; acreditam na *íntima relação entre propriedade e liberdade*, e ao mesmo tempo, nas *comunidades voluntárias* (opostas a um coletivismo involuntário), e por fim, que *permanência e mudança devem ser reconhecidas e reconciliadas* numa sociedade vigorosa e saudável.

Assim, é verídica a observação de Alexandro Trindade (1997, p. 303), que marca que o conservadorismo

valoriza os elementos retraídos para o mundo privado, racionalizando e dignificando categorias como família contra o contrato burguês, a intuição concreta contra a razão universalista, a experiência espiritual contra a experiência material. Uma das características principais é a “forma como ele se apega ao imediato, o real, o concreto” consistindo-se, mesmo, numa atividade básica nuclear sua.

Seguindo sua linha de análise, guiada pelo Mannheim de *Ideologia e Utopia*, lembra que os conceitos e ideias adquirem diferentes significados para alguns *estilos de pensamento* e em algumas épocas. Sobre *liberdade*, por exemplo, contrapõe o conceito liberal – do indivíduo livre de constrangimentos para atuar na esfera econômica e na esfera política – do conceito conservador, que “desenvolve uma ideia *qualitativa* de liberdade e de igualdade, que é sustentada pela afirmação de que todos os homens são essencialmente *desiguais*”, (ibidem, p. 303).

Assim, a crítica conservadora à concepção de igualdade no liberalismo reside em que seja colocada apenas no nível abstrato, enquanto na realidade – reconhece o conservadorismo – tem-se a subordinação das liberdades individuais à coletividade ou até um princípio ainda mais geral, a *totalidade da sociedade*, representada pelos “interesses gerais” da nação ou do povo, ou de um “Espírito Nacional” ou “Espírito do Povo”.

Para Roger Scruton (2015b, p. 53) “o conservadorismo – enquanto força motivadora na vida política do cidadão – é distintivamente inarticulado, relutante em (e, em verdade, comumente incapaz de) traduzir-se em fórmulas ou máximas, contrário a estabelecer seu propósito ou declarar seu ponto de vista”. Argumento similar faz João Pereira Coutinho (ibidem, p. 27) ao dizer que o conservadorismo é também uma ideologia, mas não ideativa. Tem ideário, não ideal – não se encontra uma “utopia conservadora” propriamente dita;

essa ausência de uma cartilha *a priori* (e de ‘conservadores utópicos’ dispostos a lutar e até morrer por ela), para além de ser uma virtude *em si mesma*, revela também o *tipo* de ideologia que o conservadorismo será: uma ideologia que, ao contrário das rivais, tenderá apenas a emergir quando ‘os fundamentos da sociedade são ameaçados’.

Incapaz de recorrer a utopias, crê numa ordem civil permanente, (que deve ser mantida) para realização plena de um povo. Enquanto para os opositores do conservadorismo essa realização plena possa ser buscada num desejo de “liberdade” ou “justiça social”, o conservador haverá primeiro de julgar se esses desejos não entram em confronto com três princípios ordenadores: autoridade, obediência e tradição.

Os três elementos se intercalam na dinâmica social. Scruton (2015b, p. 85) assinala que

A tradição tem um duplo poder. Em primeiro lugar, ela confere razão à história, e portanto, coloca o passado diante de um objetivo atual [...]. Em segundo lugar, a tradição surge da própria organização da sociedade, não sendo apenas um mero aprisionamento do exercício do poder. As tradições surgem e exigem respeito onde quer que os indivíduos procurem se relacionar com algo transcendente.

Preocupado com a absorção da sociedade civil pelo Estado, Roger Scruton (2015a, p. 189) marca:

a verdade no conservadorismo é que a sociedade civil pode ser morta pelas classes mais altas, mas ela se desenvolve de baixo. Desenvolve-se por meio do impulso associativo dos seres humanos, que criam associações civis que não são empreendimentos voltados para propósitos determinados, mas lugares de uma ordem voluntariamente sancionada

E mais tarde, traça mais uma linha separadora entre conservadorismo e liberalismo (ibidem, p. 1999)

A verdade no conservadorismo depende do reconhecimento de que a livre associação deve ser valorizada somente se também for uma fonte de valor – em outras palavras, somente se for direcionada para a satisfação, e não para a mera utilidade ou recreação. No vale-tudo libertário, o que há de pior na natureza humana está em igualdade de condições com aquilo que há de melhor, e a disciplina é repudiada como uma intrusão intervencionista. O conservadorismo é uma tentativa de afirmar essa disciplina e construir, no âmbito da livre associação, uma esfera duradoura de valor

Assim, a tradição possui um papel propagador para a obediência de regras e costumes, que por sua vez legítima autoridade constituída dentro da livre associação de indivíduos. Marcante ainda é a observação (que mais tarde será trabalhada em outros autores) de que “para o conservador, o Estado não é uma máquina, mas um organismo – mais ainda, uma pessoa. Suas leis são as de vida e morte, doença e regeneração. Ele é dotado de razão, vontade e benevolência.” Roger Scruton (ibidem, p. 104) continua

O organismo da sociedade é moldado por um intelecto racional. Esse intelecto é a “constituição”, por meio da qual a autoimagem da sociedade é formada. [...] A constituição dota a vida da sociedade de continuidade e vontade. Ela dá origem à história em lugar da sucessão. Já o Estado depende de sua base orgânica: sua vontade e autoimagem requerem a continuidade do organismo social, assim como o organismo social depende das formas de poder constituído. O Estado e a sociedade civil permeiam um ao outro: sua separação traz a morte para ambos.

Essas observações – que serão úteis quando contrapostas ao caso brasileiro e à historiografia conservadora brasileira – trazem então a visão do *Estado como pessoa* de modo a usar o termo fisiológico “constituição” como a projeção racional dos costumes, tradições e autoridades constituídas de uma nação. Articula, portanto, a ideia de que os três preceitos (autoridade, obediência e tradição) a que um conservador deve observar antes de propor-se ideais e ações políticas num espelho que deve servir-lhe de régua, o diploma máximo.

Pode-se agora seguir ao caso nacional – que é o conservadorismo à brasileira? Diz José Honório Rodrigues (1988, p. 1):

Sempre acreditei, no exame refletido da História do Brasil, ao longo dos anos, que somos por tradição portuguesa um povo (incluo aqui todas as classes em conjunto) extremamente conservador. [...] Tanto em *Aspirações Nacionais* quanto em *Conciliação e Reforma, um Desafio Histórico-Cultural*, acentuei o conservadorismo brasileiro, herança portuguesa ao longo de toda a nossa história.

Sérgio Buarque de Holanda (2014, p. 134) parece explicar melhor o ponto. Anota sobre o caráter português dessa herança que

os valores sociais e espirituais, tradicionalmente vinculados a essa condição [de fidalgo, almejada por todos], também se tornariam apanágio da burguesia em ascensão. Por outro lado, não foi possível consolidarem-se ou cristalizarem-se em padrões éticos muito diferentes dos que já preexistiam para a nobreza, e não se pôde completar a transição que acompanha de ordinário as revoluções burguesas para o predomínio de valores novos.

Ao aderir à mentalidade dos fidalgos a burguesia, essa “nova nobreza parece-lhe, e com razão, uma simples caricatura da nobreza autêntica, que é, em essência, conservadora” (ibidem, p. 135). Se foi a burguesia mercante portuguesa, conservadora por emulação, que impulsionou os lusos às grandes descobertas, o país já nascera, como afirmou José Honório Rodrigues, conservador, acentuando-se com as seguintes ondas migratórias.

Reiteradas pesquisas de opinião (recentes)⁷ parecem ainda afirmar o que o historiógrafo José Honório Rodrigues registrava em 1988. Paulo Mercadante (2001, p. 71) anota também sobre pesquisa realizada pela Folha de São Paulo em 1987:

Os entrevistados mostraram-se favoráveis a ideias conflitantes no universo ideológico. [...] O brasileiro não admite restrição ao direito de propriedade, mas prefere o regime socialista; defende o casamento religioso, mas aceita o divórcio; advoga a participação do trabalhador na administração da empresa, mas abomina os empresários; mostra-se condescendente com a violência, mas é simpático à pena de morte.

Logo se vê que o brasileiro, se é conservador, não o é como o inglês à maneira de Burke e Scruton, ou à americana como Kirk. Mas se o é, realmente deve à herança portuguesa. Essa dualidade de opiniões, miscibilidade axiológica – que noutros cantos seria tratado por patologia mental – tem origem no duplo sentido do Brasil independente: liberal e ao mesmo tempo escravocrata. Moderno em seu projeto, arcaico em suas estruturas. É recorrente esse argumento, dentre conservadores, liberais e marxistas.⁸

É essa opinião que se percebe em Alexandro Trindade (1997, p. 304), que reconhece na suposta “via não-clássica” de formação como nação e de história das ideias, a construção de um país refratário à plena atualização da agenda liberal. Resultado de um rompimento incompleto com a sociedade estamental (feudal e moderna-absolutista) e escravocrata é a cristalização de representações recorrentes no imaginário político brasileiro, a saber

Ideias como o “amorfismo” da sociedade civil frente ao Estado forte e organizador, a ideia de uma “democracia racial” como traço atemporal da personalidade

⁷ A exemplo de pesquisa de opinião que foi noticiada na Folha de São Paulo (2012, s. p.) como: “Tendência conservadora é forte no país, diz Datafolha”

⁸ É o que levanta Bernardo Ricupero (2008, p.59-69) ao trabalhar o conceito de Roberto Schwarz (marxista) das “ideias fora do lugar” na realidade brasileira e suas críticas. Argumenta que a adoção do liberalismo no Brasil durante o século XIX foi resultado de uma relação de dependência da colônia e de país recém-independente dentro dos quadros do capitalismo em fase de acumulação primitiva de capital. Nesse sentido, o liberalismo tornou-se “ideia de segundo grau”, ou que – na interpretação complementar de Alfredo Bosi e Carlos Nelson Coutinho – as discrepâncias entre ideias europeias e realidade brasileira eram “filtradas” nos interesses das classes pensantes brasileiras.

brasileira, a visão de uma história sem rupturas como elemento que eleva o brasileiro à condição de “povo pacífico”, dentre outras representações mais ou menos pertinentes, como a positivação do “privilégio”, do “favor”, etc, fazem parte do nosso dia-a-dia.

As origens portuguesas do conservadorismo brasileiro é tema dos primeiros capítulos de *A consciência conservadora no Brasil* de Paulo Mercadante (2003). Acentua os déficits da coroa portuguesa, a chamada “aversão às virtudes econômicas” por Sérgio Buarque, o ímpeto conquistador amaneirado (ou melhor, fiscalizado) pela igreja e o apoio desta à escravidão (ibidem, p. 73):

O preconceito ao trabalho braçal, comum entre os nobres, esboça-se nos novos territórios. “Juro que não farei nenhum trabalho manual enquanto conseguir um só escravo que trabalhe para mim, com a graça de Deus e do rei de Portugal”, dispunha o preceito lusitano. E à escravatura, naturalmente, nenhum obstáculo podia criar o catolicismo, cuja justificação aristotélica era perfilhada pelo tomismo. S. Tomás admitira que pode ser útil ao mais fraco ser governado pelo mais capaz. E entre nós o ponto de vista de um jesuíta revela como no Brasil se encarava o nativo: “asnos, dolentes e fleumáticos (*in servitudem nati*) e só aproveitáveis para labor e servidão, pois a natureza não dotou o país de outro animal de carga senão eles”

A grande palavra do livro de Mercadante é “conciliação” – eis a marca do conservadorismo em sua chave marcadamente brasileira. De conciliação é chamado todo o período do Brasil independente monárquico – a partir de 1822. Mas antes de enredar pelo Brasil Império, fala da conciliação na estrutura econômica, marca da América Portuguesa: capitalista nas relações externas e escravocrata nas relações internas. Diz Mercadante (ibidem, p. 105), resumindo toda a questão:

É dúplice econômica e mentalmente: vive numa fazenda de escravos de látego em punho enquanto se empolga pelas ideias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; revolucionário, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e conservador, quando reage a quaisquer ideias de abolição. Seu caminho é necessariamente o compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico.

Esse *compromisso* de opostos resultaria num formato todo próprio da política brasileira. Nelson Mello e Souza (2003, p. 24) coloca aí o surgimento do próprio patriarcado – e pode-se até prever o surgimento do patrimonialismo e outras constantes da cultura política brasileira:

a visão de mundo e a perspectiva sociofilosófica predominante formaram-se num esquema de ajustes dialéticos entre a dinâmica dos interesses materiais concretos e os valores gerados no bojo dos acordos entre famílias, para acertos de distribuição e aplicação deste poder político “fechado”.

Por outro lado, esta imensa distância social entre senhores de terra e seus agregados e escravos se harmonizava, afirma Mello e Souza (*ibidem*, p. 24), no interior do complexo rural, criando uma sociedade sem ressentimentos sociais agudos, “ao contrário, contribuíram para fortalecer um processo de dócil seguimento das lideranças locais. Uma espécie de apatia política das elites relativamente às massas e ao sentido de história decorrida da servidão psicológica dessas massas submetidas, ausentes do processo decisório”.

Quando da independência, o liberalismo português também se apresenta inconsistente: “o liberalismo da mãe pátria encerrava, como acentua Oliveira Lima, um pensamento de desforra para com a colônia, a qual a privara da supremacia política e econômica”, nos lembra Mercadante (2003, p. 99). Nesse momento histórico, continua (*ibidem*, p. 100)

Havia a prudência do mercado externo e a dualidade de nossa estrutura econômica. Os ventos que sopravam do exterior em favor da liberação eram procrastinações e advertências de paciência e serenidade. Hipólito da Costa, de Londres, durante seguidos anos, procurara imprimir uma ideologia de centro, indicando como deviam ser encaradas e solucionadas as questões políticas e sociais. “Ninguém deseja mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós sejam feitas essas reformas pelo povo”. O que convinha, segundo pregava, era a “adoção de instituições constitucionais moderadas, acordes com o seu ponto de civilização, deixando-lhes o evolvemento a cargo do tempo”

O autor enumera casos de republicanos que aceitaram a autoridade de Dom Pedro como imperador para se conseguir a separação com Portugal. Em 1822 é estabelecida a Conciliação, pois o imperador teria unido grupos distintos a favor da emancipação, ao mesmo tempo em que se estabelecia uma continuidade. Grande parte desse mérito, o estudioso cede a José Bonifácio “príncipe da moderação e da articulação política” (*ibidem*, p. 112). E marca que a dissolução da constituinte de 1823 teve apoio dessa elite (enumera Bahia, São Paulo, Minas, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), pois o projeto “fugia à linha de moderação tendencial, referendo as disposições a respeito da liberdade individual e alguns preceitos de sentido estritamente jacobino” (*ibidem*, p. 122).

Todo o processo da elaboração das demais instituições políticas brasileiras seguiriam então a moderação e a mediania da Carta de 1824. Especialmente depois dos arroubos liberais da regência. Lembra Mello e Souza (*ibidem*, p. 28):

Havia uma necessidade: manter as vísceras do Calibã escravocrata num corpo apolíneo de serenidade institucional, obediente aos princípios do direito e da ética ocidental moderna. Dr. Jeckyl e Mr. Hyde. Toda a política do Brasil independente gira, desde os tempos da Regência, sobre o dilema de harmonizar o impossível dentro do que se construía como politicamente possível. Trapezistas da forma, acrobatas de lei e regulamentos, os estadistas do Império conseguiram a proeza de vestir de vazio ético a solidez do modelo econômico.

Esse esforço legitimador faria “o próprio liberalismo econômico [ser] reduzido a preceito de direito público” diz Mercadante (ibidem, p. 280). E noutro trecho (ibidem, p. 163) afirma que “o curioso é que em tudo se procurava um meio termo, um equilíbrio, desde os regulamentos relativos à distribuição dos corpos de guardas nacionais, até os estatutos do Colégio Pedro II, em que se cogitava da ‘moderada correção corporal’”. É nesse quadro já marcado pela duplicidade que as ideias filosóficas do ecletismo francês passaram a ter presença dominante.

Para além do significado vulgar da palavra, trata-se aqui de uma atitude filosófica “serena e antidogmática” cujo maior representante nestas terras foi Victor Cousin. Tratava-se de um “ecletismo ilustrado”, julgando com **equilíbrio** todas as escolas, e “delas procurando retirar o que houvesse de verdadeiro e eliminando o que houvesse de falso”, resume Mercadante (ibidem, p. 256-257, grifo meu) e continua

Segundo Cousin, a História da Filosofia revela a sucessão de quatro sistemas, a saber: o sensismo, o idealismo, o ceticismo e o misticismo. Em primeiro lugar tem-se o sensismo, que explica pela sensação todos os fenômenos, ou melhor, que considera a sensação como única ordem de fenômenos existentes na consciência. O idealismo, por outro lado, atende a outra realidade desprezada pelo sensismo, mas por sua vez despreza a sensação e se esquece da coexistência da ideia e sensação na consciência. Em seguida o ceticismo refuta os dogmatismos anteriores, tomando, porém, por erro total o que não passa de um erro parcial, constituindo então um dogmatismo de novo tipo. Finalmente, para salvação das dificuldades anteriores, inclina-se à reflexão para o espontaneísmo, convertendo-se no misticismo.

Todos são falsos, pois, se tomados isoladamente. Mas cada um deles é verdadeiro no que afirma e falso no que nega. Sendo o erro uma verdade incompleta, encontram-se, em todos os sistemas, parcelas de verdade que corretamente reunidas num todo passam a constituir a verdadeira filosofia, conciliação de todos esses sistemas diferentes.

O autor revela ainda a tendência do ecletismo cousiano para o psicologismo e para o descolorido que segue na vida de seu criador para um espiritualismo vago, que acabaria por não mais satisfazer nem os espíritos científicos nem as almas religiosas. Mesmo assim, teria influenciado a chamada *geração de 1870* e suas veredas pelo cientificismo à francesa (como

será mais bem trabalhado no segundo capítulo) e feito carreira, fundindo ideias de diferentes pensadores.

A “dinâmica conservadora” (nome do último capítulo de seu livro) é tratado por Paulo Mercadante (ibidem, p. 274) como um norteamento “pela experiência do passado; parte do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual”, concordando com o que já foi exposto supra, mesmo que não tenha predisposição teorizante.

Nelson Mello e Souza, apresentando o livro de Paulo Mercadante (2003, p. 40), resume que o conservadorismo no Brasil

pode haver dificultado a gênese de nosso desenvolvimento industrial, mas garantiu uma sociedade sem guerras civis, sem revoluções, acima de tudo, sem fragmentações. Compõem o modo-de-ser brasileiro, suporta o folclore do ‘jeitinho’, acerta dificuldades e compõe antagonismos, acima de tudo, repele o uso da violência para dirimir conflitos de classe

A primazia do conservadorismo como pano de fundo das ações políticas brasileiras ao longo dos anos parecem mesmo dar o entendimento de pouca disposição para o combate, prefere conciliação à guerra. Como se verá adiante, essa visão – no mais, positiva – do conservadorismo brasileiro será duramente criticado por José Honório Rodrigues. Há pontos pacíficos, no entanto. “A conciliação necessariamente não se mostra positiva, do ponto de vista do avanço do homem, pois também existe compromisso entre os valores da banalidade”, lembra Paulo Mercadante (2003, p. 46) prefaciando-se. Mas que fique claro: trata-se de conservadorismo de compromisso, conciliação de interesses – não de ideários, como deixa bem Olavo de Carvalho (2001, p. 12, grifo meu):

Os arranjos e improvisos, requerendo, de um lado, uma extrema finura psicológica e um senso prático formidável, dificultavam, de outro lado, a elaboração teórica mais demorada, lançando uma névoa geral no campo das ideias ao mesmo tempo que, na prática, as coisas se resolviam de algum modo. Daí a **pobreza teórica do nosso conservadorismo** e a facilidade pragmática e quase cínica com que, no poder, ele absorve o discurso e os ideais da oposição progressista ou mesmo revolucionária, para realizar, na prática, o que seus inimigos sonharam em teoria.

Estabelecido o argumento de que é o Brasil um país com população, ou ao menos de conduta política conservadora (embora com todas as ressalvas acima feitas), a pesquisa deve

perguntar: seria uma sociedade conservadora suficiente para produzir uma historiografia propriamente conservadora?

A se julgar pelos nomes que tem circulado (e ocupado cátedras) nas universidades brasileiras: não. Ao menos não nos últimos 30 anos. Alguns intérpretes conservadores do Brasil, no entanto, conseguem sua receptividade fora do âmbito acadêmico; nada que indique continuidade explícita de ideias: teria o *modus* tradicionalista do brasileiro se alterado? Ou teriam os historiadores do país se distanciado da população? Essas perguntas não podem encontrar resposta neste esboço – e ademais, podem ambas ter resposta negativa ou positiva mutuamente, sem se excluírem. O ponto notável é que já à época em que José Honório escreve, escasseiam os historiadores conservadores.

A concepção conservadora da História segundo José Honório Rodrigues

Em 1979, o historiador José Honório Rodrigues publicava o primeiro volume de a *História da História do Brasil*. Obra concebida para cinco volumes, e a sua mais importante do ponto de vista puramente historiográfico; que realizaria “o coroamento do tríptico que ele imaginara realizar em 1944: Teoria, Pesquisa, Historiografia”, conforme diz sua esposa Lêda Boechat Rodrigues (1988, p. XXIV). A obra não foi concluída: adoeceu em 1986 e faleceu no ano seguinte, antes de receber terminar o volume três: *Historiografia Liberal*. Já haviam sido publicados o volume um, *Historiografia Colonial* (1979) e o volume dois (1988), em dois tomos: *Historiografia Conservadora* e *A Metafísica do Latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana*.

Carlos Guilherme Mota (1988, p. 108), no entanto, afirma serem no número de seis os volumes: além dos dois primeiros já citados, “os demais volumes versariam sobre *A Historiografia Liberal*, *A Historiografia Católica*, *Republicana* e *Positivista*, *Do Realismo ao Socialismo* e o último sobre a *Historiografia Estrangeira sobre o Brasil*.” Talvez estes livros viessem a ter também vários tomos, e consumissem ainda algumas décadas que o historiador não tinha, e um esforço que hoje só se encontram em obras coletivas, mas que para ele era um só fôlego: realizar a plenitude da historiografia brasileira.

Mesmo sem poder finalizar aquilo poderia ser chamado de seu *opus magnum*, José Honório Rodrigues ficou conhecido como um dos grandes intérpretes da História do Brasil, muitas vezes comparado a Varnhagen e Capistrano de Abreu e mais conhecido ainda como

intérprete capaz⁹ reconhecidamente versátil desses mesmos (e outros tantos) “narradores” do Brasil. Por isso não há de se estranhar que sua historiografia (em cinco ou seis volumes) desejaria exatamente isso: contar a história da(s) História(s) já escritas do Brasil.

Em seus dois tomos de *Historiografia Conservadora*, Rodrigues a divide em três linhas principais. Após uma análise de Justiniano José da Rocha (1811-1862) ele define, primeiro, a *linha histórica*, que engloba Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882). Depois a *historiografia conservadora*, que inclui Von Martius (1794-1868); José Clemente Pereira (1787-1854); Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto (1836-1912); Domingo Andrade Figueira; Eduardo Prado (1860-1901); Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, Conde de Afonso Celso (1860-1938); o próprio João Camillo de Oliveira Torres (1916-1973); Dom Luís de Orleans e Bragança, segundo filho da Princesa Isabel (1878-1920). E por fim, a *linha reacionária*, em grande parte dedicada a José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (1759-1835); além de Hélió Viana (1908-1972); Gustavo Dodt Barroso (1888-1959) – este último nem considerado *historiador* por José Honório. Por último, há o tomo II: todo dedicado ao “*ultrarreacionário*” Oliveira Viana (1883-1951).

Basta um olhar atento às datas acima para ver que, à exceção de Hélió Viana e João Camillo, nenhuma historiografia que se possa chamar de conservadora teria sido produzida após a década de 1940 ou 1950¹⁰ – e, morto esses dois, retrocedeu o conservadorismo (já extinto o partido há meio século) ao debate de poucos e de poucos. Talvez por isso os argumentos elencados por José Honório Rodrigues embora nos sirvam de base aqui devem ser analisados minuciosamente.

É ainda no primeiro capítulo do tomo 1 do volume dois (*Historiografia conservadora*) em que ele resume as principais **características da corrente conservadora brasileira**. São elas: (1) a defesa da “razão de Estado”, (2) a defesa das classes dominantes e a exaltação dos

⁹ Lêda Rodrigues (ibidem, p.XXVI-XXX) dispensa as últimas páginas de sua apresentação ao tomo 1 do volume 2 de *História da História do Brasil* aos elogios que historiadores como e brasilianistas estrangeiros cedem ao marido. De Leslie Bethel (Universidade de Londres, inglês especialista em História do Brasil), diz-se ter virado historiador por influência de José Honório; de Robert Conrad (autor de importante livro sobre escravidão) grifa que chamou Rodrigues de “o maior dos três”, quando comparado aos próprios Varnhagen e Capistrano.

¹⁰ Embora não fosse historiador (por profissão), mas por efeito, Gilberto Freyre poderia ali ser incluso como uma dessas exceções – faleceu em 1987. Sua categorização como conservador ainda será mais bem trabalhada nesta monografia. Por ora basta notar, com Mario Cesar Carvalho (2000, p.6), que nem tanto seus livros eram declaradamente conservadores, mas suas ações públicas – especialmente nas últimas décadas de vida – que jogavam nova luz sobre a obra.

grandes estadistas, (3) pregação da continuidade histórica e combate à ruptura, (4) conformismo e “dizer-amém” aos poderosos, (5) explicar fracassos como erros humanos.

Mas fica a pergunta: são esses os únicos critérios? Certamente que não. Entretanto, para o escopo desta pesquisa, não se isenta de propor critérios totalmente novos ou de se descartar os que se tem à mão. Tratar-se-á de qualificar cada um dos apresentados por gente já abalizada, no máximo acrescentando novos itens secundários a serem observados, especialmente quando permitirem uma aplicação cada vez mais adequada desses mesmos critérios a historiadores de todos os períodos (e especialistas em todos os períodos diferentes).

Segue agora a necessidade de analisar cada uma. Primeiramente, a afirmativa de que os historiadores conservadores defendem uma razão de Estado, que pode ser traçada desde Nicolau Maquiavel. Os conservadores – como Maquiavel preconizou – estariam dispostos a sempre defender uma política que fortaleça o Estado e os que já o dominam, em oposição a qualquer outra política que aponte em direção contrária.¹¹ Diz José Honório que os conservadores (ibidem, p. 3)

acreditaram sempre na razão de Estado, na necessidade de assegurar o *status quo*, com modificações mínimas e lentas, e que entre o Estado existente e a revolução deveriam sempre defender o primeiro e esmagar a segunda. Consequentemente, os historiadores conservadores defenderam sempre as ações dos governos, as razões de Estado, as minorias dominantes e a dominação, os líderes, tudo, enfim que representasse os interesses da ordem vigente.

Neste trecho vê-se que o autor já antecipa o argumento seguinte. A diferença residiria em que os historiadores conservadores estariam dispostos a defender a ação do Estado - mesmo que por meios ilegais e/ou violentos – sempre que isso significar a ameaça ao próprio Estado (e à sua classe dominadora).

Podemos fazer duas observações. A primeira é de que escreve nos resquícios do regime militar brasileiro, talvez como um aviso aos colegas de profissão arrazoar com os militares em nome de um “bem maior” lembra mesmo a atitude maquiavélica (ibidem, p.4-5): “ao defenderem o uso de todos os instrumentos legais ou ilegais na defesa do Estado, ligaram-se ao maquiavelismo, embora não tenham evitado ou tentado evitar os abusos dos que sempre falam

¹¹ A referência a Maquiavel é bastante insólita, visto que é raro ler algum texto conservador que o abone, e José Honório sabe disso! Ao separar ética de política, Maquiavel representou para sempre um problema para a Igreja, e, portanto, para os pensadores tradicionalistas do Ocidente. Por isso, José Honório diz que Maquiavel é uma influência que atuou a nível subliminar, mais ao fundar a tradição que será ressignificada por Friedrich Meinecke em defesa do Estado forte.

em nome da razão de Estado, agora chamada *segurança nacional*”. Essa observação, embora não explícita, é claramente dirigida ao momento histórico em que vivia. Tem sua validade, mas pode ficar na frente do objetivo desta pesquisa, que é depurar critérios para uma historiografia conservadora (que poderia ser válida para toda a História do Brasil) e não somente no contexto ressentido após os embates políticos da década de 1960 a 1980.

Na esteira dessa primeira observação, pode-se seguir à segunda: a de que a manutenção de *status quo* por uma minoria dominante é um desejo de qualquer grupo (conservador ou progressista) que tenha, *de facto*, o controle de um Estado! Logo, o historiador que coadune com essa razão de Estado está sim, a serviço dos poderosos – mas esses poderosos podem ser os revolucionários de ontem. Seria no mínimo descabido perguntar se alguma narrativa que, China de Mao de Tsé Tung, lhe dá razão de Estado seria lá chamada de conservadora. O que vemos é José Honório Rodrigues, ao usar o título (“a defesa da razão de Estado”), como forma – corre o risco de esvaziar o conteúdo. Qualifique-se então a proposta – com base em tudo que aqui já foi estabelecido sobre conservadorismo (noutras partes e no Brasil): o historiador conservador tende a defender as ações do Estado (a razão de Estado) quando estas impedem mudanças súbitas e difíceis de serem desfeitas (revolução) em prol de reformas menores e mais refletidas.

Correlato e quase um corolário do primeiro critério é o tópico em que nomeia a “defesa das classes dominantes e a exaltação dos grandes estadistas”. O historiógrafo diz que essa defesa é intransigente e ainda (*ibidem*, p. 5)

Para os conservadores, a liderança foi quase perfeita, modelar, com pequenos senões em raríssimas ocasiões. É a história dos senhores do poder, dos governadores, das elites. [...] Os efeitos depressivos dessa historiografia conservadora estão bem claros na grande maioria das histórias gerais do Brasil, com o desfilar dos feriados nacionais e a exaltação dos estadistas, com as biografias apologéticas.

Neste tópico o argumento é claro. Pesa-se sobre este argumento somente que essa característica – a História como História dos grandes homens – esteve bem sedimentada como a prática historiográfica usual até pelo menos a Primeira Guerra Mundial, fosse o historiador de qualquer perspectiva política. Desde então tem recebido essa e mais duras críticas e os próprios historiadores conservadores parecem ter abandonado – ao menos em parte – essa perspectiva. Quando aplicarmos essas categorias a *O Homem e a Montanha* (e em pesquisa futura a outros livros de João Camillo e outros autores) isso poderá ser mais bem julgado.

A terceira característica enumerada é a “pregação da continuidade histórica e combate à ruptura”. Este tópico é explicado em apenas um parágrafo, e não tem caráter geral. Ele se refere à leitura que os historiadores conservadores fazem particularmente do período colonial do Brasil e particularmente da independência (ibidem, p. 6):

Os conservadores pregam a continuidade histórica e combatem a ruptura que se exprimiu primeiro na defesa da ex-metrópole e do seu colonialismo, que durou o quanto pôde. A louvação da história colonial no Brasil e em geral foi feita sempre sistematicamente desde Varnhagen

Isso tornaria difícil de aplicar aos historiadores que não falam sobre o período colonial. Por sorte, *O Homem e a Montanha* é rico em sendas sobre a política colonial portuguesa.

O penúltimo tópico é intitulado “Conformismo e dizer-amém aos poderosos”, também pode ser considerado um “efeito colateral” do afirmado nas duas primeiras características – o título é quase autoexplicativo. Por isso a descrição também é breve (somente dois parágrafos), em que o primeiro diz (ibidem, p. 6):

A concepção conservadora ensina o conformismo e dizem *amém* aos poderosos. É anticombativa, é passiva, aceita os fatos tal como acontecem e se põe sempre ao lado dos vencedores. Por isso a história conservadora do Brasil é sempre a história dos vencedores e os vencidos são sempre censurados e condenados. Como povo brasileiro é politicamente um povo derrotado em toda a sua história – embora seja o construtor do país – ele pouco aparece nas histórias escritas por conservadores.

Esse trecho pode ser problematizado justo no menor dos detalhes: o aparte que diz que foi o povo que construiu o país. O próprio João Camillo de Oliveira Torres afirma – como quem desabafa – o contrário (1973, p. 28-29):

O Brasil oficialmente entrou a existir quando D. João III, o Povoador, nomeou Tomé de Sousa governador-geral do Brasil. Este fidalgo chegou à Bahia trazendo uma espécie de Consuição para o país, o famoso Regimento do Governo, um ministro da Justiça (o ouvidor-mor), um ministro da Fazenda (o provedor-mor), o poder espiritual, no clero, soldados e fundou a cidade do Salvador, que logo passou a ter, inclusive uma câmara municipal. Era o Estado do Brasil, que nascia com todos os órgãos que um governo que se preza deve ter. Notava-se, apenas uma ligeira ausência, uma sombra no conjunto: não havia povo. A rigor, não havia o Brasil que o governador-geral devia governar – um litoral mal conhecido com alguns pontos de povoamento, alguns postos de contrabandistas, e no interior a mataria selvagem e desconhecida – e índios ferozes. A História te conhecido casos de precedência ontológica do Estado ao povo – mas ao povo, como entidade organizada, a *res publica* dos antigos. Sempre havia uma espécie de multidão, amorfa e difusa, sobre a qual a autoridade se exercia, consolidando

o poder. Mas no Brasil, o fato realmente espantoso era o da precedência física do Estado ao povo; não havia, a rigor, ninguém para ser governado pelo nosso estimável Tomé de Sousa. Este famoso “barão assinalado” conheceu um fato que, tirante fábulas antigas, raramente deve ter acontecido: um governante que desembarca no espaço vazio, chegando primeiro que seus governados, e constrói no mato a sua capital

Escusando-se o tamanho do trecho,¹² ele serve para dar dimensão do problema: o povo, articulado em república só parece ter passado a “existir” avançado no Segundo Reinado, como tem demonstrado José Murilo de Carvalho em *Os Bestializados* (1987) e *Cidadania no Brasil* (2004). Mesmo assim, isso não invalida a observação principal de José Honório Rodrigues – mas a coloca em nova perspectiva. Em certos períodos da História do Brasil, mal há povo para qual se falar. E quando o conseguem fazer, como Gilberto Freyre, enfrenta outras críticas mil.

A obra deste teve recepção controversa, especialmente nas décadas seguintes a *Casa-Grande & Senzala* (1933). Durante o regime militar brasileiro (visto seu afastamento metodológico do marxismo e apoio à ditadura) foi quase abandonado dos meios acadêmicos brasileiros, e retomado após o balanço da obra em *Guerra e paz* de Ricardo Benzaquen (1994). Este revela que a obra freyreana é marcada por um relativo louvor da ambiguidade lusa e brasileira, sendo o próprio texto marcado por “antagonismos em equilíbrio”, uma imprecisão ao se posicionar de modo que alguns intérpretes tenderiam a ver nisso a aceitação (ou elogio) do modo de vida da sociedade escravista – em que conviveriam (como no texto estão, alternado nas mesmas páginas, relatos de) sadismo e confraternização entre brancos e negros. Tudo isso se acentuou quando o autor começa a fazer uso do termo *democracia racial*, de modo que suas obras anteriores passam a ser interpretadas sob essa categoria. Para muitos então, explicitar intimidade e violência na escravidão paralelamente seria uma forma de supor que essa intimidade mitiga a violência – argumento que ele não fez – ao contrário, parece deixar claro que essa intimidade poderia até fazer exceder os horrores do despotismo escravagista.

Após os acontecimentos da independência, da regência e até os governos republicanos, em que “há povo para ser historiado”, muitas vezes ele aparece, mas não necessariamente

¹² Interessante notar que esse mesmo trecho é citado quase que integralmente (citando-se somente o autor, não o livro) nas duas últimas páginas de *Por que construí Brasília* de Juscelino Kubitschek, e afirma (2010, p. 468): “esse fato espantoso repetiu-se no dia 2 de outubro de 1956. [...] Repetia-se, em pleno século XX, outro exemplo de precedência ontológica do Estado ao povo, muito embora o povo já existisse, mas confinado na estreita faixa litorânea, com algumas penetrações maiores na região Centro-Sul”. Seu otimismo ao reafirmar a exclusão do povo na participação do processo democrático (em nome, nesse caso, da integração nacional) é sinal da alienação do presidente em relação aos problemas de longuíssima duração da nossa política e dos símbolos recorrentes na história luso-brasileira que Paulo Mercadante fala em *A coerência das incertezas*.

somente os “vencedores” e poderosos – a análise da obra de João Camillo no capítulo seguinte há de demonstrar esse ponto. Por outro lado, afirmar que história que não fale dos vencidos, “censurados e condenados”, é automaticamente anticombativa e passiva, demonstra mais da visão política do próprio autor do que aqueles que ele quer descrever: exige-se um compromisso do historiador não com o passado ou uma “verdade”, mas com lados de um jogo em que ele deve usar sua pena como arma. Igualmente, o argumento de que os “vencidos” foram os “construtores do país” é antes um recurso retórico do que real observação empírica, como se tem dito.

Finalmente, a última característica de uma historiografia conservadora: “fracassos explicados como erros humanos”, melhor detalhado pelo autor (ibidem, p. 6-7): “O conservadorismo justifica os fracassos como *erros humanos* e não pela falta de reformas necessárias. Os insucessos se devem a causas naturais que fogem ao controle administrativo. Acaso, azar, acidentalidade fazem parte do vocabulário político do conservadorismo”. Talvez este seja o critério mais “objetivo” a se procurar.

Por último, as citações a Gilberto Freyre – como exceção desse ou daquele critério, pulverizado neste trabalho que não é sobre ele – merecem maior atenção. Pois, que é ele um conservador, ou claramente visto como tal. Mas como foi dito, ele não fez história dos vencidos, dos grandes homens, dos feriados e – o mais surpreendente – é ainda (possivelmente) um conservador lido no país, talvez o único a sê-lo por grande público. O ponto em questão já é marcado na apresentação para *Casa Grande & Senzala* escrita por Fernando Henrique Cardoso (2006, p. 26):

Gilberto Freyre opta por valorizar um *ethos* que, se garante a identidade cultural dos senhores [...] isola os valores da casa-grande e da senzala em seus muros. [...] Fica-se atolado no patrimonialismo familístico, que Freyre confunde frequentemente com o feudalismo. Não se entrevê o Estado, nem mesmo o estado patrimonialista dos estamentos de Raymundo Faoro [...] A “política” de Gilberto Freyre estiola fora da casa-grande.

O mesmo ponto é feito na apresentação da próxima grande obra de Freyre, *Sobrados e Mucambos*. Dessa vez, de maneira mais direta por Roberto DaMatta (2004, p. 17), chamando atenção para o “uso da *casa* como campo do qual irradiam-se modelos de comportamento, comandos, símbolos e, sobretudo, relações sociais. [...] o viés gilbertiano deixa ver o peso social e simbólico da família, em contraste com a massa de aparência individualizada” e em nota de rodapé conclui (ibidem, p. 23):

O enfoque na família e rotinas diárias típico do culturalismo boasiano praticado por Gilberto Freyre ajuda na sua classificação como conservador. No ensaio introdutório ao livro *A casa & a rua*, eu sugeri “duas linhas interpretativas” a marcar as sociologias produzidas no Brasil. Numa delas, preponderava o foco na “casa” e instituições afins ao mundo cotidiano [...] Numa outra linha, o Brasil não é mais lido pelo ângulo da “casa” e da família, mas pelo da esfera exterior da “rua”. Aqui o foco do trabalho passa a ser “o conjunto institucional inclusivo – o sistema legal e constitucional, as ideologias religiosas oficiais e legitimadoras, o sistema burocrático que, afinal de contas media e pesava a sociedade não só como um sistema de costumes, mas como uma nação”

Vê-se logo que, mesmo que Freyre não obedeça às regras colocadas por José Honório Rodrigues, ele pode facilmente ser classificado como conservador – por não pertencer ao grupo que privilegia a “rua”. Por não ser, como se desejava acima, combativo; ao contrário, é acusado até de “reacionarismo doce” por alguns. Fosse a obra de José Honório o objeto desta pesquisa caberia perguntar o porquê da ausência de Freyre no livro. Talvez por não considerar o antropólogo um historiador? Talvez, justamente, porque exigiria uma revisão de suas regras,¹³ por ora abrangentes a não-conservadores, por outra restrita a historiadores que só estudaram determinados períodos da história brasileira, em outros, por projetar no outro a sua visão de (sentido e prática da) História?¹⁴

Quaisquer que sejam as possibilidades, além dos cinco itens listados por Rodrigues – agora já analisados, criticados e mais importante: qualificados em seus conteúdos – acrescenta-se esse, apreendido da obra de Freyre: a importância dada ao espaço familiar (especialmente em se fazendo história do Brasil colonial) como ponto de partida analítico.

Depois dos cinco itens, José Honório Rodrigues (1988, p. 7) cita mais três itens que seriam as **bases do conservadorismo histórico no Brasil**: 1) o entendimento de que a inde-

¹³ É uma possibilidade, se considerado a atenção que ele dá (todo o tomo II de *historiografia conservadora*) a Oliveira Viana, o maior defensor da eugenia racial no Brasil. Enquanto que Freyre faz uma defesa clara – como já dito –, hoje tomado quase por reacionarismo ou ingenuidade – da mestiçagem e do hibridismo, militando, inclusive pelo conceito de “contribuição civilizadora do negro” e do índio. Esse, obviamente é somente um aspecto da obra freyreana, como se viu na nota anterior.

¹⁴ Esse ponto, já demonstrado quando José Honório parece “exigir” que os historiadores se recusem a fazer história dos “vencedores” também seria uma dificuldade com relação a Gilberto Freyre, que certamente parece ter falado mais dos que ele chamou de “vencidos” e, no entanto, conseguiu aderir à sua obra um caráter claramente conservador. As duas notas anteriores chamam atenção para o caso: a recepção, plural e controversa, da obra freyreana pode ter resultado em dificuldade de enquadramento. No caso de José Honório, enquadramento em regras atentas às concepções historiográficas, coisa muito sutil no caso do pernambucano. O desvelamento dessas nuances de percepção social como desdobradas em concepções historiográficas deve-se ao livro já citado de Ricardo Benzaquen (1994). Até a publicação desse balanço Freyre era considerado, nas décadas de 1970 e 1980, “má companhia sociológica” como disse DaMatta (2004, p. 13) – talvez seja esse mais um motivo, e principal – para a ausência do antropólogo de Apipucos no levantamento de José Honório Rodrigues.

pendência foi um produto da política portuguesa; 2) a ideia de que a abdicação é um ato ilegítimo; 3) e a defesa do direito sagrado da propriedade.

Os itens merecem análise: ocupam somente uma página do livro e não parecem realmente explicar as bases conservadoras em que se desenvolveu a política brasileira. Antes, parecem acréscimos aos (cinco) *topoi* que acabara de elencar como características da corrente historiográfica conservadora brasileira. Isso talvez explique porque esse três itens (as bases do conservadorismo político) não vieram *antes* dos cinco itens do conservadorismo histórico. Parece uma inversão: primeiro há o conservadorismo político e depois sua consubstanciação historiográfica.

De qualquer maneira, os três itens revelam o passado monárquico do Brasil. Tem-se a impressão de que não fosse o Império, o conservadorismo aqui jamais teria deitado raiz. Ao primeiro tópico, de que a independência foi um produto da política portuguesa, o autor já cita o nome de João Camillo de Oliveira Torres, reconhecendo o argumento legalista de que se foi uma revolução, o 7 de setembro foi uma revolução legítima, sob a autoridade do príncipe D. Pedro. O segundo ponto, de que a abdicação foi um ato ilegítimo, parece dar a entender que os conservadores desconsideraram os elementos que se reuniram no 7 de abril de 1831 para que o mesmo D. Pedro, antes herói, figurasse como vilão, rompendo com a Conciliação de 1822.

E por último, em apenas três linhas, comenta que os conservadores faziam apoteose da monarquia, até que a Abolição negligenciasse o mais sagrado dos direitos: o da propriedade.

Apesar de confusos, talvez pelo deslocamento na obra ou pela mensagem que pretende transmitir, incorporaremos estes três itens observados pelo historiador às cinco (transformados em seis observações originais de como se caracteriza uma historiografia conservadora.

Capítulo 2

O homem e a montanha: anatomia

O homem e a montanha, premiado pela Academia Mineira de Letras em 1943 com o prêmio “Diogo de Vasconcelos” de Erudição foi lançado ao público geral no ano seguinte, pela Livraria Cultura Brasileira de Belo Horizonte. Conta com 192 páginas, 14 capítulos, além da conclusão, uma seção para as notas, e como abertura do livro, o parecer de Aires da Mata Machado Filho sobre todos os concorrentes na citada premiação da Academia Mineira, na qual dá parecer favorável à premiação do vencedor, e ilustrações de Alberto da Veiga Guignard entre os capítulos. Será essa edição (1944) a citada em caso de referência direta às palavras de João Camillo de Oliveira Torres.

Há também uma edição recente – caso único na obra camiliana até a data presente. Ao que parece, atentando para um nicho “Historiografia de Minas Gerais”, o livro foi reeditado pela editora Autêntica como partícipe da coleção em 2011. A capa apresenta um trabalho em cima de um quadro da paisagem de Itabira, mantém as ilustrações originais de Guignard entre os capítulos. O livro apresenta 220 páginas, além das mesmas seções da primeira seção, vem acrescido de 6 páginas de glossário, uma breve apresentação dos editores (Francisco Eduardo de Andrade e Mariza Guerra de Andrade), uma segunda entrada de 6 páginas de João Antônio de Paula e um estudo crítico (mui valioso para este pesquisa) de mais de 30 páginas assinado por Mariza Guerra de Andrade. Quando remeter-se a esses estudos, obviamente, a versão citada será a de 2011.

Antes de entrar no texto de João Camillo, já vale a pena endossar a visão que Mariza Guerra de Andrade (2011, p. 23) apresenta das ilustrações de Guignard, como um *outro* texto: “Seus desenhos enunciariam e marcariam também as *singularidades mineiras* – um dos focos defendidos pelo ensaio – através do que é construído para mostrar o relevo montanhoso, as catas auríferas, os sobrados e as igrejas, além de serestas, padres e bacharéis.”

A apreciação começa – como não poderia deixar de ser – na introdução, sob risco de padecer do mesmo efeito que Clausewitz, em que a Introdução de *Da Guerra* diz tudo para os analistas, e o resto é quase um apêndice. No caso deste estudo, o motivo para tal importância reside na tentativa de ler, nas entrelinhas da narrativa do passado, as inclinações políticas e as ideias gerais do fazer histórico como forma de posicionamento. O lugar em que estas intenções costumam aparecer de maneira mais explícita, visto que é síntese dos objetivos gerais e

específicos de um estudo, no capítulo introdutório, como se percebe ainda no primeiro parágrafo: a ideia de que “os grupamentos humanos são organismos vivos”.

Essa ideia, usada e disseminada a desde tempos imemoriais poderia ser, como acusa o autor uma simples metáfora, válida por ao menos ser “mais razoável que as várias tentativas de reduzir o social ao físico”, já desvelando uma crítica às teorias da história caracterizadas pelo mecanicismo, pela ideia de que sobre as sociedades pesa uma certa lei de inércia – sempre dependente de causas exteriores. Enquanto “as sociedades conhecem uma *lei interna* de desenvolvimento, de certo modo análoga ao ser vivo, podendo, porém, conhecer fases de um movimento circular, não se alterando sua feição”, anota Oliveira Torres (1944, p. 13, grifo meu)¹⁵. Resta só a discussão – que ele também reconhece – de qual papel cabe ao indivíduo nesse organismo: A sociedade seria a somatória dos vetores individuais ou um *totum novo*? O autor dá o argumento ao último: os grupos sociais transcenderiam o indivíduo. Páginas adiante, dá crédito ao autor a quem essa ideia mais esteve associada no século XX: Oswald Spengler.¹⁶

Para além do endossamento da visão de nascimento, mocidade e expansão, e por fim velhice (decadência) e morte das sociedades históricas spenglerianas (e como bem se sabe de Toynbee¹⁷) – o que não indica necessariamente um ponto de vista conservador –, percebe-se que João Camillo admite a analogia organicista mais como uma recusa da política racionalista iluminista. Coloca-se assim na mesma disposição (intelectual) do romantismo de que derivou o conservantismo.

Oliveira Torres (ibidem, p. 21) diz que “pretend[e] apenas o estudo das formas de ser social derivadas da existência nas montanhas mineiras”. Essa concepção merece nosso zelo

¹⁵ Essa ideia é comumente chamada *organicismo*. Apesar da tentativa de João Camillo desfiliar sua analogia orgânica das mecânicas, Luciana Murari (2007, p. 35-36) lembra que a metáfora do organismo é decorrente do cientificismo. Este, elevado à categoria de uma nova metafísica, “permitia aplicar ao universo moral as mesmas leis descritas para o mundo físico”. Uma das faces desse processo é a generalização da metáfora orgânica, que promovia a incorporação racional das ciências do homem às ciências da natureza [...]. O organicismo, promovido a modelo de racionalidade pelo movimento romântico, chegou ao seu extremo no final do século XIX, conduzindo a uma recusa das categorias políticas e jurídicas, sobretudo as ligadas à tradição liberal, despojando-as de sua racionalidade”. O padrão é, portanto, duplo: o cientificismo parte de um só ímpeto, que seja: descrever o mundo por meio de analogias racionais. Daí duas vertentes cujas nuances muitas vezes são miscíveis: o mecanicismo, dá ênfase às “leis” com analogias da Física; o organicismo à Botânica/Zoologia/Fisiologia.

¹⁶ Oswald Arnold Gottfried Spengler (1880-1936), conhecido como representante do historicismo e sua teoria da Cultura exposta em sua principal Obra *O Declínio do Ocidente*, na qual entende que a história se manifesta como a vida, em que cada cultura passa pelas etapas que vão do nascimento ao falecimento.

¹⁷ Arnold Joseph Toynbee (1889-1975) Filósofo e historiador, também conhecido por tratar de ascensão e declínio de civilizações (e não culturas) nos seus 12 volumes de *Um Estudo de História*. Ali defende a dualidade dinâmica de desafios-respostas às quais essas civilizações devem se inserir para sobreviver – ou fenecer.

para o detalhe: a escolha da palavra “ser” não é casuística. Ao contrário, revela uma “filiação” longa que tem em Georg Wilhelm Friedrich Hegel¹⁸ talvez seu primeiro expoente e é também denunciada no subtítulo. Encontrar/explicar a “formação do *espírito mineiro*”, acompanha também a teoria da História de Johann Gottfried von Herder:¹⁹ o desejo de desvendar o *volksgeist* mineiro. Também essa não é uma ideia propriamente conservadora: Hegel e seus conceitos foram apropriados e ressignificados pela direita e pela esquerda alemã.²⁰

Além dessa tradição não explicitada na obra, pode-se acrescentar mais uma influência, talvez mais próxima dos referenciais de João Camillo. Diz Luciana Murari (2007, p. 66) que

a busca de relações entre as *personalidades dos povos* e a natureza em que estes se desenvolvem foi um elemento constante no debate cientificista do final do século XIX, em sua veia organicista. O teórico mais lembrado no estudo dessa questão, pelo menos do ponto de vista da historiografia e da filosofia da história, é o historiador inglês Henry Thomas Buckle.

A historiadora acrescenta que Buckle²¹ fez poucos seguidores no Brasil – mas estes eram os mais significativos intelectuais brasileiros entre 1870-1914, cujas obras a presença de

¹⁸ Filósofo alemão nascido em 1770, falecido em 1831. Nicola Abbagnano (1998, p.497) resume suas principais ideias (aqui pertinentes): “interpretação da história como realização de um plano providencial no qual os povos vencedores encarnam, alternadamente, o Espírito do mundo, ou seja, a Autoconsciência ou Deus.” E “interpretação do Estado como encarnação ou manifestação do Espírito do mundo ou, em outros termos, como realização de Deus no mundo.”

¹⁹ Patrick Gardiner (1969, p. 42) resume as “ideias principais de Herder [(1744-1803)]: a ênfase que dá à importância dos conceitos de carácter nacional e de meio ambiente ao descrever e interpretar a evolução e a mutação históricas; [...] a sua crença nas leis de crescimento e decadência que presidem à evolução do ‘organismo’ nacional.” Linhas antes relembra algo útil no contexto deste estudo: “foi talvez com a sua concepção de história que ele mais contribuiu para a formação do pensamento romântico”, “por exemplo, a sua crença de que a literatura duma nação deve ser **verdadeira para com as tradições** e o **caráter** íntimo da mesma nação, e a sua atitude para com a natureza” (grifos meus)

²⁰ Escusando a prolongada citação que se segue, é notável essa dual fortuna crítica no fino estudo *Hegel e o Estado* de Eric Weil (2011, p.16-19): “Lendo o que foi escrito sobre Hegel durante a segunda metade do século XIX, só encontrei um texto [...] em que ele se defende da censura clássica, a de ser o filósofo da reação. Quanto ao mais, todo mundo está de acordo: olhemos o velho liberal que é Haym – sem falar de espíritos de menor estatura, mas de não menos influência como Welcker ou Rotteck, líderes do Partido Constitucional da Grande Alemanha –, olhemos a extrema esquerda com os Bauer e seu grupo: seu veredito é unânime. Voltemos para a direita, para Schelling, para os herdeiros do romantismo, para a escola histórica de Savigny, se para eles Hegel não está do seu lado, é porque ele não acompanhou o tempo”, continua dizendo que esse único texto em questão, foi escrito por Friedrich Engels e editado por Wilhelm Liebknecht (um dos líderes da social-democracia alemã), que é chamado de asno numa carta daquele para Marx, justamente por chamar Hegel (em nota de rodapé, sem indicação de autoria) de “real-prussiano”.

para além de todas as ideias para além do âmbito jurídico-político, Weil chama Hegel de *profeta do Estado Moderno* (de modelo prussiano), e por isso seria tão adequado às teorias de ambos os espectros políticos na luta pelo poder *no* do Estado: pois ele não só previu, como os profetas do Antigo Testamento, ele “justificou” o Estado.

²¹ A teoria da História de Henry Thomas Buckle (1821-1862) é assim resumida por Gardiner (1969, p. 131): “agradara a Buckle a exigência comtiana de que a sociedade devia ser estudada pela aplicação de métodos científicos, o que, para Buckle, significava a descoberta, por investigação indutiva, de uniformidades causais a determinar a vida e a Evolução sociais”. “Buckle acreditava sem duvida plenamente que, levanda em conta factores

Buckle era onnipresente “seja através de citações diretas, seja através da crítica a seu pensamento, ou por seu uso de forma relativamente velada, pois alguns autores empregam a lógica e a terminologia buckleanas como se estes elementos pertencessem ao senso comum” (idem, p. 67). O caso do historiador mineiro talvez esteja dentre estes últimos, mesmo que não procure com o mesmo ímpeto do historiador inglês as *leis* históricas como Newton buscava as leis da natureza.

Embora se possa argumentar, na linha dos descendentes de Hegel, que essa visão de história não seja *per se* conservadora, mas decorrente de algum alinhamento com o seu tempo, podemos levantar dois pontos. Primeiro, que João Camillo cita historiadores como Henri Pirenne (nota 9), March Bloch (nota 31) e contemporâneos seus – já não compromissados com a ideia de um *espírito do tempo* (*Zeitgeist*) ou *espírito do povo* – certamente já consciente da crítica ao conceito (e à essa visão do “fazer” História) em sua época. Segundo, extensão do primeiro argumento, é a projeção da historiografia atual que enxerga *identidades*, com as quais o historiador trabalha ao longo da diacronia, mas não *essências* no sentido filosófico e (em teoria) imutável no tempo.

Apesar dessas várias referências ocultas, o guia da obra é antes de todos os anteriores a filosofia aristotélica na sua ideia de “essência”, ou como foi algumas vezes latinizada, a “natureza” dos mineiros é seu graal. Por essência ou natureza, quer dizer caracteres comuns que podem ser aplicados a todos os mineiros, apesar dos acidentes, em todo o tempo: encontrar algo Drummond num emboaba, algo de João Camillo em um uberlandense do século XXI, de um Bernardo Pereira de Vasconcelos em Itamar Franco, de Bárbara Heliodora em Dona Beja (ou Alexandre Pires?). Não são pândegas deste autor, é o próprio Torres (ibidem, p. 14) quem o diz: “apesar das diferenças, há Descartes em Bergson, há Pascal em Bernanos, há D. Quixote em qualquer espanhol.” Assim, por paralelismos, defende a ideia de que há continuidade essencial na diversidade acidentária de pessoas e no tempo, mas que ainda permitiriam dizer que o povo mineiro *é um e o mesmo* hoje desde sua origem.

Apenas algumas linhas antes resumiu o argumento, filosoficamente, assim (ibidem, p. 14):

Modernamente, foi restaurado o velho conceito de “enteléquia” para definir o ser vivo: há uma forma, um caráter, um tipo no ser vivo que se conserva através

‘físicos’ como as condições climáticas ou as diferentes espécies de alimentação do homem, se podia chegar a importantes conclusões [...]”

das mudanças, por meio das mudanças. [...] a “enteléquia” social é algo neste estilo; podem mudar os indivíduos: o caráter coletivo, isto que os sociólogos e etnólogos modernos chamam de *cultura*, permanece o mesmo, ainda quando se transforma seguindo o seu processo evolutivo próprio.

A apropriação do conceito de enteléquia²² também revela algo: o reconhecimento de que o ser se mantém o mesmo *por meio das mudanças*. Negasse a mudança seria ele um reacionário ou imobilista; negasse a essência, seria já um pós-moderno. Em segundo lugar, há o reconhecimento de que o entendimento da sociedade como organismo não é só metáfora, mas analogia – é um modo de interpretar, e, da mesma forma, de agir politicamente no mundo. Nesse ponto, o argumento de João Camillo como tendente ao romantismo anti-mecanicista o aproxima bastante de Burke e outros aqui já trabalhados.

Sua introdução tem por nome “o problema da cultura em conserva”. Vale também a leitura “em níveis” da obra: Guerra Andrade (2011, p. 34-35) aponta para o contexto histórico da produção da obra – a Segunda Guerra Mundial e a ditadura varguista. A narrativa em busca do *ser mineiro* parece “*fora do tempo* (‘em conserva’) ou à margem não somente de mudanças, mas também de investigações e de estudos de cunho histórico e sociológico mais atualizados”.

O argumento da permanência de um *caráter* cultural nos mineiros é completado com a geografia: enquanto Brasil era “vítima” desde a abertura dos portos em 1808 de uma verdadeira invasão cultural – a Europa teria invadido o sertão – algumas ilhas isoladas permaneciam. Continua Oliveira Torres (ibidem, p. 16-17):

Ilhas culturais temos as que ficam à margem pelas quais passa a história do país. São lugares onde podemos estudar a vida passada *in vivo*, sem documentos, mas olhando as pessoas que vivem aquela situação, em outras partes já superada. Isso é muito diferente de uma “cidade morta”, de onde já saiu a vida, onde somente temos testemunhas mudas do passado [...] No Brasil, em Minas principalmente, isso é comum.

Essas ilhas, sendo Minas Gerais a principal e seu objeto de estudo, são definidas como

²² Segundo o dicionário de Nicola Abbagnano (1998, p.334) enteléquia foi um termo criado por Aristóteles para indicar o ato final ou perfeito, isto é, a realização acabada da potência (a alma seria a enteléquia de um corpo orgânico). Foi “retomado por Leibniz para indicar as substâncias simples ou *mônadas criadas*, pois elas têm certa perfeição ou auto-suficiência que as torna origens das suas ações internas e, por assim dizer, “autômatos incor-póreos” (Monad., § 18). Na filosofia contemporânea, esse termo foi retomado pelo biólogo Hans Driesch, que nele centrou o seu vitalismo. Para ele a enteléquia é o princípio da vida nos seres animados: fator espiritual, irredutível a agentes físico-químicos.

Lugares que, por ausência de vias de comunicação adequadas – principalmente – ficaram à margem do rebuliço geral e conservaram a velha organização social nova e saudável como sempre. Não morreram. Mas a sua evolução parou. [...] Os jornais são lidos atentamente e todos procuram seguir a marcha das ideias do que moram nas cidades distantes. No fundo de seu coração, conservam os sentimentos e as atitudes de seus antepassados. (ibidem, p. 18-19)

Mas faz a afirmação cabal logo em seguida: isso dura somente até a chegada da estrada de ferro, que abre essas vias de comunicação. Agravadas depois pelo telégrafo, telefone e as estradas, Minas deveria entrar noutro estágio de evolução, depois de tanto tempo supostamente parada. Sua técnica, ele a expõe como (ibidem, p. 20) “vai ser minha a tarefa de estudar formações sociais com espécimes vivos. Não vou ter grande dificuldade em encontrar exemplares em pleno vigor e viço. Porque este ensaio vai ser menos de história que de sociologia ou de etnologia cultural”.

Lido hoje, o livro em análise pode ser considerado cientificamente dubitável enquanto proceder historiográfico. Para o período em que foi publicado, entretanto – sua metodologia, de qualquer forma baseia-se num documento com data de validade – e enquanto escrevia já havia muito expirado. Ao menos em teoria. Ele argumenta (ibidem, p. 19-20)

Acontece, porém, que, em muitos dos mais antigos núcleos de povoação d e Minas, a estrada de ferro é coisa recente ou não há. [...] e por isso se torna fácil a verificação *in loco* das formas de viver e de pensar absolutamente coloniais. Se alguém deseja estudar os processos e as técnicas dos faiscadores de ouro, poderá – se tanto lhe apraz – consultar alfarrábios, ler Spix, Martius, St. Hilaire, Rugendas e não sei mais quem. [...] Podemos estudar história com pessoas vivas. [...] dado o tema deste trabalho, interessei-me principalmente pelo documento vivo.

Surpreendentemente, arrola como “justificação para o método de trabalho adotado”, um trecho de Caio Prado Júnior *apud* Torres (ibidem, p. 21-22): “Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás”.

Por fim, claro está a linha de raciocínio do autor e seus referenciais teóricos mais gerais. A problemática do livro, ele a define em perguntas

Pretendo aqui fazer um estudo sobre as formas de agrupamento social ocorridas em Minas em consequência de estarem os mineiros numa situação geográfica de montanha e às influências que daí decorreram para a elaboração dos modos de pensar próprios do habitante de Minas Gerais. Todo livro é a resposta a uma pergunta de vida a seu autor. No meu caso, a interrogação é a seguinte: Que re-

percussões houve, para a formação e constituição de grupos sociais, do fato de ser montanhoso o território mineiro? (ibidem, p. 20-21)

Como o subtítulo (*introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*) e a citação supra nos induzem, pensamos logo que João Camillo é um historiador determinista, pronto a justificar o subdesenvolvimento do Brasil pela incidência solar ou coisa que o valha, fosse esse seu objeto. Sendo um monarquista convicto e tendo escrito um livro anterior (1943) sobre a penetração e as consequências do positivismo no Brasil, certamente sabe quais teses adere e quais rejeita. Euclides da Cunha, quase um precursor da *longa duração* braudeliana em clave determinista,²³ divide *Os Sertões* em Terra, Homem, e Luta, de modo a determinar o meio – a geografia, o clima –, a raça – dos sertanejos, mulatos e descendentes de escravos, e o momento factual – a Guerra de Canudos. De maneira que lembra um pouco o republicano, João Camillo define sua obscura pedra angular – a tal “situação geográfica” – a partir de uma composição quaternária: o tempo, o clima, o solo, a paisagem. Descarta o tempo como destituído de categoria histórica ou social, e passa à análise das outras três categorias que compõem o *meio*.

Curiosamente, sem negar (obviamente) a influência do “ambiente” (no seu caso com enfoque no *aspecto geográfico*), o historiador mineiro tenta se distanciar sutilmente dos determinismos mais *enragés* e do positivismo. No primeiro § do capítulo 1, “a situação geográfica”, Torres (ibidem, p. 25, grifo meu) diz: “[...] todos estamos pensando no velho Taine. Passando um pouco além da concepção de Taine, devemos recordar que da ‘influência do meio’ não se pode isolar do homem. **O meio não é um dado positivo, ativo, e o homem, uma ‘tábula rasa’.**”²⁴

Nas três páginas seguintes, já sintetiza todo o argumento do livro, como se antecipasse a conclusão e todo o livro fosse apenas demonstrações no tempo e em cortes distintos (na poesia, na cultura material, na mineração, nas casas, na origem emboaba e por fim na política) da tese já apresentada de que Minas compõe uma cultura em “conserva”. Refletindo sobre as

²³ Concorre para a observação deste autor – que para muitos parecerá despropositada – a presença dos dois elementos n’*Os Sertões*: de um lado o determinismo geográfico e biológico – já demonstrado à saturação; e a noção de que “no sertão o tempo corre de outra forma, com outro ritmo e dimensão. É um tempo imobilizado, o tempo das origens cosmogônicas e imemoriais da nação”, como lembra Oliveira (2002, p. 525). Esse ritmo temporal lentíssimo (não uma cronologia estendida, como o nome pode levar a pensar) em que as mudanças econômicas, sociais, mentais e resistem às inovações que autoriza a aceção de há também uma (certa) “longa duração” de Fernand Braudel em Euclides da Cunha.

²⁴ Sobre isso vale lembrar, com Murari (2007, p. 38) que “meio, raça e momento tornaram-se três ‘palavras mágicas’, e a importância de Taine como o grande crítico literário cientificista tornou seu alcance generalizado entre a elite moderna do país” especialmente Euclides da Cunha.

Minas recém-criadas do século XVIII, lembra que os núcleos de povoação surgiram em meio a fundos de vale, e então adentra o conteúdo que ele afirmara na introdução – do estudo do documento vivo, uma história dos “sentimentos”, talvez? João Camillo de Oliveira Torres (ibidem, p. 27)

Ora, o clima desses vales montanhosos é frio e úmido. [...] as chuvas são constantes [...] O sol é tardio em aparecer, muitas vezes só rompendo a garoa no meio do dia. Cedo, porém, já desapareceu por detrás da serra. Os dias são curtos; as noites longas e tristes [...] Nos últimos dias de inverno, então, o ambiente é de uma tristeza impenetrável: o céu torna-se cinza, de um tom opaco e uniforme (muito diferente do plúmbeo das nuvens). [...] O efeito de um clima desses, em homens já gastos por uma luta inglória com a face mais inquieta da natureza – o subsolo –, não pode ser outro que o de engendrar uma tristeza implacável e uma profunda melancolia.

Relacionando os três itens que analisa nesse primeiro capítulo: clima, relevo do solo e riqueza do subsolo à formação da cidade e a arquitetura assevera (ibidem, p. 30) que a concentração urbana, o uso de materiais como pedra-sabão, e a planta alucinada das cidades são marcas da submissão do homem à montanha. No capítulo 4 adentra novamente no assunto, dizendo que os bairros das cidades mineiras nada mais são que antigos arraiais autônomos, interligando-se pelas “ruas direitas” – todas tortas, pois – obrigadas a contornar as montanhas: “assim como Roma nasceu da união de várias cidades existentes nas sete colinas, as cidades mineiras nasceram da reunião dos arraiais situados nos vales onde se ajuntava o ouro de aluvião” (ibidem, p.78). Submissão do homem à montanha - não poderia ser diferente, face à natureza e à colonização *semeadora* portuguesa.²⁵ Mas fala ele de submissão em outro nível que não o material/biológico?

“O mineiro é triste.” Eis a grande afirmação, ainda menos dramática que aquela atribuída ao mineiro Otto Lara Resende,²⁶ mas igualmente deprimente para os que carregam o título de serem mineiros. Outro não poderia ser o resultado de paisagem de montanhas negras e tal

²⁵ A referência é à antinomia tornada famosa em *Raízes do Brasil* por Sérgio Buarque de Holanda em (2014) sobre *ladrilhadores e semeadores* a que dedica seu quarto capítulo. Ali, chama os espanhóis de ladrilhadores, em seu esforço de vencer a natureza num zelo minucioso de fundação de cidades de traçado retilíneo no interior das nações, de modo a privilegiar a ocupação e emular modo de vida castelhano. Portugueses, então, são semeadores Segundo Holanda (ibidem, passim) por “cuidar menos de em construir, planejar ou plantar alicerces do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão.”, antes “feitorização que colonização”, uma ocupação mercantil das cidades, quase todas litorâneas construídas com *desleixo* – no sentido de falta de convicção de alterar a *rotina* –, construindo as casas segundo o capricho dos moradores, cautelosos e comedidos.

²⁶ Refiro-me, é claro, à máxima de Nelson Rodrigues “o mineiro só é solidário no câncer”, em sua peça *Bonitinha, mas Ordinária ou Otto Lara Resende*, a quem atribuiu ao amigo, mineiro, Otto. Este negou sempre a autoria. Repetida à exaustão na peça (sempre ligada ao mineiro Otto), sua frase é central para os eventos narrados, a ponto de compor o nome do escritor o título da peça.

clima e solo. Tristeza que, enumera Oliveira Torres (ibidem, p. 31), “pode ser vista na obra dos dois Alphosus de Guimaraens, pai e filho, nos romances de Cornelio Pena e Lucio Cardoso... Ou, então, na abundância de poetas satíricos em Minas: o sarcasmo é uma forma de tristeza.” E claro: os trágicos e tristes versos de Carlos Drummond de Andrade (seu primo) sobre Itabira em *Confidência do Itabirano*: “principalmente nasci em Itabira. / Por isso sou triste, orgulhoso: de ferro”.²⁷

Para ele, Minas tem uma história cultural dividida em ciclos: ouro, diamante, café e couro. Acrescentaria ele também talvez ferro – certamente o faria a partir da segunda metade de seu século – e de uma “agricultura de subsistência”, como algo complementar às demais nesse “clima que nos chama à reclusão, ao tédio e à tristeza, ao solo” (ibidem, p. 28). Sobre a luta para se retirar a riqueza desse solo hostil para com o espírito do homem pratica em rudimento algo como uma História oral, entendida como técnica. Diz Torres (ibidem, p. 30) que “os velhos escravos contavam que, ao atravessarem a noite os ermos caminhos que contornam a montanha, viam à porta das minas abandonadas a figura rutilante da ‘Mãe do ouro’, bela mulher, recoberta do metal que era a razão de ser e a preocupação de toda aquela gente.”

Essa relação com o ouro é um dos temas principais do seu segundo capítulo: “Meditação sobre a Guerra dos Emboabas”, o maior do livro. Curiosamente é exatamente o mesmo nome que receberá o capítulo sobre o evento no volume I (dos cinco) de sua *História de Minas Gerais*. As observações também são praticamente as mesmas, e há referência, lá de *O homem e a montanha*. Um dos pontos principais é definir quem são essa gente, os paulistas, bandeirantes e por fim os emboabas. A seu ver (ibidem, p. 34) “essa gente toda, com preocupações e interesses próprios, vindo de pontos diferentes, não possuía em comum senão a *aura sacra fames*, que constitui exatamente o pomo de discórdia principal entre os homens.”

Polemiza então com as posições à época ainda vigentes, explicam os editores em nota de rodapé (2011, p. 75), que definiam o bandeirante “conforme o imaginário da elite política paulista das décadas de 1920 e 1930 – o arquétipo do brasileiro produtor do território e das fronteiras, ainda não coincidentes: geográfica, econômica, espiritual”, e singra entre. A de

²⁷ A questão da melancolia mineira é ampla. Sérgio Alcides (2008,) analisando a poesia de Cláudio Manoel da Costa, por exemplo, a traça a melancolia mineira que o poeta canta como um aspecto político. Afirma que há na obra dele uma tópica do mineiro ser desterrado em sua própria terra, exilado em sua pátria, em busca de uma *república das letras* que nunca se realizou, operando entre a vassalagem ao monarca e a cidadania imaginária de uma “coisa pública”. Contudo, não nega a influência, no próprio poeta da paisagem: “o polo negativo [desse *tópos*, o exilado em sua terra,] insiste na iconografia de um *locus horribilis* enquadrando a paisagem mineira, de correntes ‘turvas e feias’ descendo pelo perfil escabroso dos penhascos. O cenário é recoberto pelo influxo da bile negra – a ‘fatal melancolia’ mais de uma vez reconhecida.” (ibidem, p. 40).

Oliveira Viana que os caracteriza como louros, arianos e aristocratas, e a de Alfredo Ellis Jr, para quem nada mais plebeu e mestiço pode haver que um bandeirante. Diz então (1944, p. 35-36) que

Culturalmente, porém, está com a razão o Sr. O. Viana, pois o fenômeno aristocracia é essencialmente cultural. Isso de que as raças conquistadoras formam a nobreza, tese que apareceu na Europa por volta da Revolução Francesa, se tem fundamento tem origens suspeitas e contra si o há o fato de que poucos são os “clãs” que resistiram desde os tempos bárbaros. Os atuais títulos de nobreza são raramente mais que trisseculares, as mais conspíquas das famílias reais tendo sangue judeu ou mouro, não havendo um europeu que não seja de fato descendente de Carlos Magno ou de reis bárbaros.

Reconhece assim o argumento de que eram os bandeirantes fidalgos, mas nega-lhe o arianismo. Aliás, sobre “raça”, ele faz uma reflexão interessante (ibidem, p. 36) “as diferenças raciais dão mais diferenças de *temperamento* que não de inteligência. Ora, o temperamento pertence ao campo das influências das glândulas de secreção interna, cujo funcionamento pode ser alterado pela alimentação e outros fatores mais ou menos culturais.” Diz que a raça é produto da história, não esta um produto daquela. Afasta-se assim do arianismo e das teorias raciais, dizendo inclusive que quase sempre poderia substituir-se “raça” por “cultura” na linguagem comum. Sua visão do bandeirante paulista então é colocada (ibidem, p. 37) de maneira teatral:

Queriam os grandes espaços, desejavam dar alimento a sua sede verdadeiramente fáustica de ouro, de luta, de sangue, de conquistas. E onde houvesse índio a prear, quilombos a destruir, matas para atravessar, rios para varar, montanhas para dominar, ouro e pedras a achar, lá estavam os ferozes bandeirantes, cuja ferocidade demonstrava uma vontade de poder digna de descendentes, culturais ao menos dos reis suevos. [...] demonstravam ser animados pela sede de espaço, pela ambição ao infinito, do espírito fáustico, e pertencer à mesma família dos cruzados, dos “conquistadores”, dos descobridores e navegantes, enfim, desta corte terrível. É claro que não convém exagerar: os Leme, os Prado, os Bueno não eram o que se poderia chamar de arianos puríssimos nem de nobre e altíssima linhagem. Mas, tecnicamente eram “nobres”. Ainda mais que havia sangue de bugre nas suas veias...

Essa gente laboriosa, que teria dado início ao ciclo ao ouro pelo ciclo da caça ao índio logo enfrentou a concorrência dos emboabas.

Deles nos ficou a imagem de Manuel Nunes Viana, vindo diretamente do reino, agricultor e comerciante, possivelmente cristão novo, controlando o sertão e a serra. Naturalmente que os paulistas teriam choque com essa gente, fossem os baianos que vinham tangendo seus bois desde os currais do São Francisco, fos-

sem os burgueses de Portugal que entravam pelo Rio [...] e, finalmente, mesmo os oficiais régios, os terríveis cobradores do quinto. (ibidem, p. 38-39)

Ao considerar essa vinda de gente do reino, o historiador nota neles o mesmo espírito aventureiro que Henri Pirenne teria descrito em relação aos mascates e mercadores ambulantes da Idade Média. O fenômeno do século XI ter-se-ia repetido no XVIII, muitos desses aventureiros por destino, não por vocação – jogados no ou fugidos para o Brasil após processos nos tribunais civis e eclesiásticos. O que teria levado muita gente a pensar que foi o Brasil colonizado por toda sorte de escória moral do reino e criminosos de todo tipo. Tese que João Camillo já rejeitava (ibidem, p. 42): “nem metade, porém infringindo artigos das nossas atuais consolidações das leis penais. Eram criminosos para o tempo. A maioria possivelmente de origem judaica. Aqui, atiraram-se no torvelinho das minas”.

A seu ver, a vitória dos emboabas ocorreria por si, mesmo sem força de armas, por conhecerem os ofícios mecânicos e manterem hábitos de vida comercial e agrícola que levariam vantagem sobre o paulista nômade. A guerra veio e com seu findar, também chegou a administração régia – com seus inúmeros oficiais militares e civis.

Sobre o conflito – no âmbito das atitudes políticas (que nos importa mais aqui) – vale a observação de Max Scheler, que João Camillo esposa (ibidem, p. 37)

M. Scheler, estudando as formas de “ideias do mundo” das classes altas e baixas, dá como típico da classe alta a supervalorização do passado, o tradicionalismo: “aqueles bons tempos”... É o clássico *pejor avis aetas*. Quem tem o futuro pela frente, quem pertence a uma classe em franca ascensão pouco liga para o passado, mas fala em paraísos, em idades de ouro, situadas nos longes do futuro: e a preocupação de provas, a fidalguia da estirpe é o meio mais adequado de negar a crueza do presente.

A uma maneira que lembra Gilberto Freyre, João Camillo de Oliveira Torres (ibidem, p. 48) fala da “capacidade de adaptação extraordinária no negro e inexistente no índio” que “vem mostrar, também a qualidade diferente de suas culturas. O índio pertencia a um tipo de cultura em conserva, há mil séculos” por não entrar em contato com outros povos até a chegada dos portugueses. E acrescenta na página seguinte (ibidem, p. 49): “às influências decisivas da multidão de negros e negras agindo no mesmo sentido devemos somar o grande denominador, o grande definidor que foi realmente moralizadora e benéfica – apesar de drástica – ação das autoridades régias”. E completa com uma citação (que reaparecerá integralmente menos de 30 páginas adiante) de cuja parte final nos serve. O trecho é de Ortega y Gasset

(também refletindo em cima de Scheler) *apud* (ibidem, p. 50): “a vontade do estado exerce sua mais genuína missão quando se impõe à tendência repulsiva de raças diversas, obrigando-as a conviver e a colaborar em uma vida superior integral.”

Nem tudo é tão límpido quanto tentou José Honório Rodrigues. Vê-se aqui o que ele poderia chamar de clara defesa (e elogio) da força do Estado – mais ainda, da tal razão de Estado, critério primeiro para definir uma historiografia conservadora. O mineiro João Camillo defende-a, no entanto, como critério de união, de raças, mas também de visões políticas opostas, como visto no trecho anterior, a imposição de uma vontade unitária numa composição de sociedades ora de espírito aventureiro e ora tradicionalistas. Pelos critérios do autor de *Historiografia conservadora*, João Camillo já poderia aparecer aqui como um conservador – especialmente se esta suposta defesa da razão de Estado se traduz como uma leitura de “dizer-amém” conformista à política portuguesa, se colocando do lado dos vencedores – justificando para isso que essa política representou um bem para os “vencidos”.

De tudo que foi exposto na tessitura argumentativa do historiador de Minas, reduzi-lo a uma fórmula de retórica política faz perder do horizonte sua contribuição para a História que faz. E ao se privilegiar uma crítica, tende-se a revelar a construção de identidade – mesmo que dela se discorde – presentes na obra. É sensível a maneira como ele lembra que Minas (ibidem, p. 54) “era uma sociedade escravocrata [...] também latifundiária. Aqui, porém, entra uma originalidade, de tal forma espetacular, que a torna única no Brasil. Em Minas, o latifúndio não era em extensão e sim em profundidade; não era rural e sim urbano”, completando essa fórmula com outra de caráter social, (ibidem, p. 55)

os mineiros tratavam a todos por ‘vossa mercê’, e até hoje notamos uma profunda repugnância do mineiro a usar da segunda pessoa, principalmente no singular. Parece vergonhoso dizer-se “tu”. Como também conjugar o verbo “amar”. Dizemos à amada “gosto de você” e não “eu te amo”.

Se os senhores de engenho tinham repugnância pelo comércio, diz (ibidem, p. 58) que “as leis do reino determinavam a perda dos direitos de fidalguia aos que pegassem de vara para vender pano, isso não acontecia aos emboabas, de origem plebeia.” Minas constituiu-se, para o autor, nessa dualidade latifundiária escravocrata, mas em contexto urbano. É natural, portanto, que marque que (idem, p. 59) “toda aristocracia, como toda forma de ser social tem a sua principal força e expressão na casa”, os sobradões mineiros em que se instalavam lojas no térreo, constituindo a sociedade mineira – e dando razão ao ponto que adicionamos como

sexto na caracterização de uma historiografia conservadora (aquele aprendido com Roberto DaMatta em Gilberto Freyre), a atenção dada à família e à dinâmica da casa como organizadora nuclear da sociedade.

É essa proximidade familiar, urbana, mas hierarquizada que faz do mineiro um ser que recusa o “tu”, por vergonha de um alto requinte social, ao mesmo tempo uma sociedade que mantém valores das altas classes sociais, como apontou Scheler: tradicionalistas. O conservadorismo mineiro analisado pelo conservador mineiro João Camillo de Oliveira Torres obviamente vê nessas nuances opositoras entre valores e vida prática (especialmente se mediadas pelo Estado) como algo positivo. É claro o tom elogioso quando diz (idem, p. 83)

Assim, emboabas e paulistas (estes já transformados naqueles pela mistura de raças e pelo viver sedentário e trabalho agrícola) passaram a residir lado a lado, em paz e em ordem, vigiados pelas seteiras dos torreões do pesado e terrífico Palácio dos Generais, situados muito justamente de atalaia entre os dois bandos adversos

No capítulo 4 compara as corridas do ouro na Califórnia e na Austrália, realçando as diferenças entre elas e tirando daí o caso brasileiro:

Em Minas, aparentemente, dominou o sistema inglês, usado na Austrália, de fiscalização oficial e cobrança dos quintos reais. Mas há um ponto a esclarecer: apesar de haver repartição competente para distribuição das datas, está a ver-se que a coisa correu *a la diable*, cada um resolvendo de *per se*, ou melhor, havendo a solução americana: mútuo respeito. Como hoje: ninguém concede a data. Mas esta é ade quem a descobre e explora. E ninguém se intromete. Nasceu da necessidade de cada um respeitar o trecho do rio que é do outro. O “senso grave da ordem”, o respeito à propriedade e ao direito, o próprio de uma terra que ia ser fértil em jurisconsultos da melhor água

Mais um argumento histórico para o conservadorismo mineiro, ou ao menos para a manutenção do legalismo sempre baseado nas tradições e costumes. Esse ponto é mais bem desenvolvido no capítulo seguinte, o quinto: “Onde o Estado aparece”. Diz (ibidem, p. 81) que “muito cedo na nossa história, os mineiros ficaram conhecendo o valor do poder, que exerceu as funções de caldeador e de catalisador da vida social mineira. E em seu subconsciente coletivo os mineiros não se esqueceram até hoje dos canhões do Sr. Conde de Assumar.” A argumentação prossegue, em linhas que novamente lembram o capítulo primeiro de *Casa-Grande & Senzala* e que dão o tom de como um certo respeito aos costumes vão desde as datas às mulheres (ibidem, p.81-82)

Um garimpeiro, um faiscador, não trabalha na lavra de outro, não furta o trabalho do seu companheiro. Não é por nada, não. Apenas porque a vítima o matará e ninguém tomará a defesa. É claro que sempre aparecem mulheres, o que dá asa a mil complicações: são poucas as brancas e não muito honestas. Não em Minas Gerais, onde naturalmente havia muita mulher de cor, o que não criava maiores problemas: ninguém daria pancada por causa de negra ou índia. Mas, no arraial onde aparecesse branca (se é que isso se dava), haveria confusão.

O retrato da sociedade, patriarcal (mas em chave diferente do senhor de engenho), latifundiária (só que em profundidade) parece apontar para uma sociedade conservadora em todos os aspectos (cultural, sexual, alimentar, social, econômico) de sua origem. O que seria então uma Inconfidência Mineira? Exceção no conservadorismo mineiro, ou – por alguma argumentação mais complexa, a própria manifestação dele?

O assunto começa, para justificativa de José Honório Rodrigues, com um elogio do historiador Oliveira Torres (ibidem, p. 82) à política portuguesa: “Afinal, se não era um paraíso, veio complicação de fora: não é que el-rei acha dever mandar cobrar os seus ‘reais quintos’, muito justos em última análise (pois a velha teoria do subsolo pertencer ao estado é inevitavelmente de uma grande sabedoria)?” Essa colocação extemporânea no livro (não é justificada alhures: é bom que o subsolo pertença ao estado porque sim) pode, e nada há que comprove materialmente essa hipótese, ser resultado do ambiente que viria culminar com a campanha “o petróleo é nosso” na década de 1950, mas que já havia sido iniciada por Monteiro Lobato com a necessidade de se regular as riquezas nacionais no período em que foi escrito o livro. Talvez tenha sido esses parêntesis uma forma de posicionar-se para o leitor da época.

Continuando, ele lembra que os mineiros sempre colaboraram com a oficialidade régia, inclusive entrando para tropas del-rei, Tiradentes sendo um alfeires, etc. A “coisa ficara mais grave pela exaustão do ouro, tornada mais aguda a crise: eram os mineiros obrigados a pagar os impostos calculados a base dos rendimentos dos anos de prosperidade. Foi a explosão” diz (ibidem, p. 93). Reduziu-se assim a visão romântica da conjuração mineira, como aliás tem sido feito desde então por vários historiadores.

No capítulo seguinte “as diversões são coletivas”, Oliveira Torres (ibidem, p. 98) chega a dizer que “o mineiro aprendeu a rir ou chorar com a família real, com o estado”, pois que vivia em sociedade, sendo as festas cívicas (especialmente do século XIX) as mais importantes. Até neste âmbito cultural consegue o autor imprimir (ou ler?) as marcas da sociedade conservada: aburguesada após o confronto emboaba, com valores “aristocráticos”:

Em suma, o mineiro somente conheceu dois tipos de festas: públicas, no meio da praça, e absolutamente particulares, no seio da família patriarcal. As primeiras forçando e realçando o sentido burguês de sua vida; as segundas confirmando a rigidez de seus hábitos morais (a vida de família, o horror da ligeireza de costumes, o amor à *respectability* são sentimentos nitidamente burgueses. Basta uma rápida comparação da sociedade vitoriana com a de Versalhes para se verificar como esse espírito de austeridade é um produtor burguês).

Em seguida, capítulo VII “as Câmaras municipais”, percebe-se a importância que dá à municipalidade. Isso se deve à capacidade do autor de buscar tradições onde a maioria dos colegas de profissão encontrariam somente estruturas – especialmente na esfera política.

A teoria do município em vigor então era a das Ordenações e que regulamentara os costumes oriundos do movimento comunal da Idade Média, com as vistas colocadas, porém, no modelo mais alto da “Cidade Antiga”, se entrosando na hierarquia feudal, a fidelidade vassalissa ao rei ligando as cidades (que em tudo eram semelhantes às *polis* antigas) e feudos num conjunto único de onde nasceram as nações modernas (ibidem, p. 106-107)

Poucos seriam os historiadores capazes de ver continuidade de estruturas de poder local entre antiguidade e o colonialismo brasileiro, passando pelo feudalismo e a formação moderna dos Estados. Esse tipo de observação tem também um tom conservador: é por ver continuidade, e não ruptura na política que seu organicismo é justificado. Se busca a enteléquia, uma essência inalterada pelo tempo, ela deve existir desde tempos imemoriais. É por isso que aparecem em seu texto várias referências a uma *democracia medieval*, em que as câmaras das comunas das cidades medievais se reuniam e se governam a si próprias – era cidadão o participante da comuna, o citadino.

A democracia, em sua origem, é modo de administração naturalmente municipal [...] Houve, afinal, uma tentativa em larga escala de aplicação de experiências dos antigos ideais municipalistas na escala maior do governo dos grandes estados centralizados. Foi uma tentativa muito arriscada esta de transformar um país inteiro numa cidade só e de considerar todos os homens cidadãos. (ibidem, p. 112-113)

Se democracia pressupõe cidade, “em Minas já existia, portanto, todos os elementos para a existência de uma consciência política. A inconfidência mineira foi uma amostra de como já começara a aparecer o povo brasileiro em Minas. Um povo, e não uma multidão anônima” (ibidem, p.113)

Um dos primeiros conjuntos brasileiros politizados, o mineiro, poderia tornar-se palco de inúmeras lutas. Contra essa suposição pesam, além do que já foi enumerado até aqui, a

atuação da Igreja – ensejando o forte catolicismo do autor –, que incorporou os negros em seu seio e deu-lhes igualdade moral, mesmo que não social, assevera Torres (ibidem, p. 124) que “[...] Onde não houve essa ação incorporadora das irmandades, a luta religiosa é uma forma de luta de classes. Em Minas, não. Ou melhor, nas ‘Minas’ [...]” no capítulo seguinte “o amor nas Minas, as raças e a vida social”, completa o raciocínio lembrando a diferença entre o escravo urbano e o de lavoura, embora tão estafante e embrutecedor quanto o outro, mas que nas Minas tinham reuniões nas horas de folga, proteção do estado e organizavam-se à sobra da igreja: “Não quero dizer, com isso, que fosse paradisíaca a situação do negro em Minas. Aplicava-se ao nosso caso a *Divina Comédia* racial do Brasil: inferno dos pretos, purgatórios dos brancos e paraíso dos mulatos e mulatos (a Chica da Silva, em lugar de destaque)...” (ibidem, p. 138)

Esse trecho – citando sem referenciar a obra do Pe. Antonil²⁸ – dificilmente passaria sem execração nos meios historiográficos atuais, visto que endossa uma hierarquia social que não era encontrada na América portuguesa, além de uma tintura na acepção que se chamaria hoje de racista. Nem mesmo o trecho seguinte, que começa lembrando as constantes revoltas de escravos que ocorriam em Minas – pois que justifica essa pluralidade como produto de consciência política, que adquiriam, obviamente, com o contato da sociedade branca, organizada na municipalidade.

Outro trecho delicado é sobre a importância da viúva na sociedade mineira: em muitos casos mais aguerrida que os homens. Exemplifica uma que armou exércitos para lutas do I Reinado. “No Brasil, em geral, as mulheres são mais conservadoras que os homens” (ibidem, p. 145), e para isso justifica que

Os homens, vivendo em contato com outras pessoas e com as autoridades, imiscuindo-se de certo modo na vida política da Colônia e entregando-se a ela completamente durante o Império, acabaram por ficar possuindo um sentido mais humano e social das relações entre pessoas. A mulher, vivendo mais junto a terra, trazendo sobre os ombros a responsabilidade da administração da casa, não podia ver senão os interesses da família

Mais uma vez, a tópica da família. DaMatta acentuou esse aspecto na obra freyreana, esse simples dado bastando-lhe para chamá-la de conservadora. De fato, os autores conservadores tendem a desenvolver argumentação em que há elogio da *família* como forma social

²⁸ Trata-se de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* de Antonil (1983, p. 89-90)

primordial e da qual derivam todas as outras.²⁹ Mais que isso, é reconhecido que a *valorização da família* gera, concomitantemente, valores conservadores, seguindo a “primeira lei da política” de Robert Conquest *apud* Roger Scruton (2015a, p. 22), segundo a qual todos são de direita (conservadores) com relação àquilo que conhecem melhor, àquilo que lhe é próximo e caro. Seja essa verdade presente nas sociedades ou nas linhas dos historiadores que analisam essa sociedade, família e tradicionalismo parecem ser dois sistemas retroalimentação mútuos. Logo, se é a mulher mais próxima ao núcleo familiar, diz o conservantismo, é natural que seja ela própria mais conservadora.

Sempre fiel à sua ideia de que sua região foi povoada e mantida em conserva ele afirma que Minas Gerais foi (e é, no seu tempo) um dos últimos redutos do espírito que ele chama de provinciano. Esse espírito ele define como uma realidade constituída de campo e cidade – defende certa igualdade de condições do campo e da cidade na política mineira. Ao menos sem domínio exclusivo de um e inexistência do outro, mas predomínio comedido. Enquanto no Nordeste colonial havia somente o campo e na política nacional desde a Independência, o Brasil com a república será o domínio político dos bacharéis, representantes da cidade. Daí compreende-se a importância que deu ao municipalismo mineiro, capítulos antes: a composição de campo e cidade em seus representantes na câmara – novamente, Oliveira Torres (*ibidem*, p. 157) volta à sua analogia organicista: “da mesma forma que a célula somente pode ser compreendida em função das relações entre o protoplasma e o núcleo, a história da civilização depende das relações entre o campo e a cidade.”

É nessa linha argumentativa que faz a afirmação talvez mais abrangentemente conservadora de todo livro. Falando sobre o equilíbrio político em que cidade e campo escolhem em comum seus representantes (ao contrário da idade Média), João Torres (*ibidem*, p.158) assevera:

Somente que, aqui, equilíbrio não é sinônimo de meio geométrico. Assim como o centro da gravidade não está senão muito raramente no centro geométrico de um corpo, e o “meio” de Aristóteles, aquele onde está a virtude, não está senão muito raramente também equidistante dos dois extremos (em geral mais próximo do “excesso” do que do “defeito”), o centro de equilíbrio na política é determinado pela influência maior do elemento mais ponderado, o espírito rural, conservador, pausado, austero e moralmente frugal, em oposição ao espírito inquieto e comercial da cidade.

²⁹ Exemplar dessa atitude é uma retórica desenvolvida por monarquistas (vide os discursos, palestras e entrevistas do atual herdeiro do trono imperial, D. Bertrand de Orleans e Bragança) justamente ao comparar o rei com um pai de família, derivando sua autoridade e atuação do papel paternal – a nação sendo a prole.

Espantosa afirmativa em prol do equilíbrio político! É essa concepção que parece ter guiado o resto de sua vida como escritor, defendendo a monarquia (necessariamente conservadora por sua própria natureza) como elemento de equilíbrio (e não de política partidária conservadora) no sistema brasileiro. Foi essa noção que escapou a José Honório Rodrigues ao analisar as demais obras do mineiro – como se vê no segundo tópico deste capítulo, abaixo.

Usando Aristóteles e o linguajar matemático, João Camillo de Oliveira Torres retoma para si a defesa da *política da prudência*, como Burke mesmo a definiu. Mas se só um lado do espectro político há de se guiar pela prudência, é preciso mudar o linguajar e falar num equilíbrio dinâmico da física, em que a maioria silenciosa tenha a mesma efetividade que a minoria barulhenta. É para isso que argumenta – novamente – sobre os inconfidentes, que liam Adam Smith, mal tivesse saído do prelo e tantos outros livros, e ideias sem se alterar o caráter de que é uma cultura em conserva.

As ideias, os homens, os novos costumes chegavam – o autor não nega: a questão era de velocidade e quantidade. Multiplicada exponencialmente com a estrada de ferro – pois que não transporta somente mercadorias e gente, mas com esta, as ideias. Até a linha de trem, as ideias, muitas bem modernas e revolucionárias, tinham prazo para serem digeridas e serem solidamente plantadas, pois os homens, de formação variada nessas teorias e em outras tradicionais tinham, segundo Oliveira Torres (ibidem, p. 161) “grave bom senso, conhecendo a fundo a multiplicidade irracional da realidade nacional, mantendo fundas ligações como passado e sabendo com o outro que ‘o progresso é o desenvolvimento da ordem’...”, enquanto que

os rapazes que escreviam nas gazetas do Rio, muitos lidos em coisas modernas (que nem sempre era o que havia de melhor), pensando em francês e não em português clássico, com profundo desprezo pelas complicações alógicas e ajurídicas da vida nacional, querendo a todo o pano que o Brasil fosse civilizado à força, fizeram o equilíbrio romper-se em seu favor.

Caminhando para a conclusão, todos os elementos voltam à baila. À luz de tudo, a interpretação é claramente conservadora. Nota-se elementos de tudo o que se levantou no capítulo 1 como característica de uma historiografia conservadora: defesa das ações do Estado como necessárias à manutenção da ordem e impedimento de rusgas e revoluções, reconhecimento da preeminência das classes governantes ao dirigir o país, e principalmente a pregação

da continuidade histórica e combate à ruptura, além do reconhecimento da família como centro irradiador de sentidos para a sociedade.

Pode-se acrescentar também algo já demonstrado aqui: a crença – para muito ingênua – numa sociedade sem rupturas internas, apesar dos choques, sem lutas de classes, como dito pelo autor. Pela história essa concepção recebeu o nome de “democracia racial”, aqui, é visto como uma variante, mas que se percebe elementos similares: apesar da hierarquização clara da sociedade, da violência e violação de uns por outros, não havia no Brasil clima de guerra entre raças ou classes. É assim que os índios, bandeirantes, baianos, emboabas e negros resultaram numa sociedade urbana complexa (ele usa até, pluralista), com choques culturais, mas mediada graças às ações das ordens religiosas e das corporações (de maneira democrática medieval).

O retrato de minas é então completado como herdeiras do municipalismo romano, por via do “pluralismo medieval da sociedade distribuída em corpos profissionais”. Além da hierarquia eclesiástica convivendo com um “feudalismo semiburocrático” sob o absolutismo transfigurado nesse latifúndio (urbano) e em profundidade, a maciça administração e argúcia fiscalizadora da coroa barroca, eis como João Camillo de Oliveira Torres (ibidem, p.179-180) organiza a política mineira.

A sociedade conheceu bem cedo esse *Leviathan*, ele argumenta. Completa o raciocínio deixado no ar nos primeiros capítulos: “o mineiro teme o estado. Respeitava-o e talvez o amasse. Sabia ser uma coisa natural e que sem ele as coisas seriam piores”. Essa sociedade que bem ou mal, respeitava as leis, resultado da alegada pluralidade de “raças” (ou culturas) é também austera, simples e desprendida, valores que teria aprendido com os franciscanos no seu “espírito do *povorello*”. É triste, por condição do solo, das montanhas, da parca incidência solar, a neblina matutina e o entardecer precoce. É também nominalista (um mal que em outras obras estende à cultura brasileira como um todo). Explica Torres (ibidem, p. 167): “os mineiros julgando os homens pelo que são e pelo que valem e não por suas ideias, antes, julgando as ideias pelos homens que a encarnam.”

Sua obra caminha para a apologia do *ser* mineiro, com todos seus defeitos e certamente numerosas qualidades. É possível perceber novamente, as influências de Herder subterrâneas por tantas páginas, voltando para o movimento final. João Camillo Torres (ibidem, p. 184-185) relembra:

A combinação e a conjunção de todos estes elementos – a situação geográfica da montanha, a economia fugidia e esquiva da mineração, a vida urbana, o municipalismo, o fisco, as ideias da Ilustração e do racionalismo, o Cristianismo, a espiritualidade franciscana e seu nominalismo – deu aos mineiros um caráter social [...] O mineiro é silencioso, sóbrio e tradicionalista, é tolerante e comedido, sabe respeitar e exige respeito; [...] sempre foi contra absolutismos e contra extremismos: a realidade compõe-se de contrários que se equilibram [...] o mineiro vive para os grupos sociais naturais [...] O resultado, em forma política não poderia deixar de ser o *Libertas quae sera tamen*, a liberdade de acordo com as situações concretas

Se o mineiro sempre procurou uma liberdade concreta, e não utópica, sempre agiu dentro dos ditames do Estado. Marca ele que a grande imposição dos mineiros à política foi a monarquia constitucional. E daí passa a elencar diversos momentos em que os mineiros tomaram a direção do país, ou exigiram tal: de revoltosos durante o primeiro reinado e regência, passaram à defensiva com a vinda do parlamentarismo no II Reinado e a chamada Conciliação. Igualmente, recebeu a “política dos governadores” na república pleno apoio e cooperação expressa dos mineiros. Argumenta Oliveira Torres (ibidem, p. 186): “se a unidade estava salva com a monarquia, a diversidade corria risco; na República era necessário salvar a unidade do perigo separatista. Ora, sempre os mineiros estiveram presentes”

João Camillo de Oliveira Torres parece buscar, à maneira conservadora um sentido de identidade nacional, como parece bem explicar Roger Scruton (2015b, p. 106) a “ideia burkiana de uma ‘essência’ nacional: a ideia de que há um núcleo da vida política que gera as atividades do Estado. Essa essência será a verdadeira ‘constituição’ do Estado”. O substrato do *volksgeist* reaparece em toda a sua força: a busca por um ser, por um espírito é sempre uma **busca de sentido**, não apenas como essência nacional, mas de destino!

Seguindo essa linha, poderíamos acrescentar a importância dos mineiros como apoiadores da própria independência em 1822. D. Pedro viajava entre Minas e Santos quando deu o grito da independência, estava ali a acalmar setores dessas duas importantes sociedades. O golpe que deu fim à já aludida política dos governadores só foi possível quando Minas mudou seu apoio para Getúlio. O “novo” Brasil, integrado, centralizado, sonhado na ponta do lápis por JK nasceu primeiro na planta de BH. Foi de Minas que partiram os militares em 64 – em nome da conservação da ordem. Foi pelo mineiro Tancredo que choraram os brasileiros vinte e um anos depois, sonhando com democracia, acordando com Sarney. Foram mineiros os políticos associados ao comedimento e à moderação na nova república, são deles – dos mineiros – os votos que realmente pesaram nas últimas três eleições presidenciais.

Essa busca de sentido é constante, cada nova parte se acomodando no todo anterior, se é desejável encontrar esse espírito, há quem discorde. Mas parece uma inclinação natural da maioria das pessoas. *O homem e a Montanha* certamente contribui mais para essa resposta, do que muitas tentativas oficiosas e governamentais de identidade social. Para além de todo agregado histórico, eis o mérito de João Camillo de Oliveira Torres.

Fisiologia: a parte e o todo

Embora nosso objeto de estudo seja especificamente *O Homem e a Montanha*, é impossível não extrapolar a análise para demais livros – aliás, desejo que se poderia realizar com plenitude fosse esta uma monografia de maior fôlego (e ambições). Ela servirá como complemento às conclusões que chegamos em relação ao livro de juventude de Oliveira Torres, mas de modo que possam jogar nova luz sobre ele também.³⁰ Fica essa análise, portanto, a encargo de José Honório Rodrigues que dedicou quinze páginas a João Camillo no *Historiografia conservadora*.

O parágrafo de abertura resume o que será dito por José H. Rodrigues (1988, p. 114):

nenhum conservador, ainda que limitado ao conservadorismo monárquico, teve como João Camilo, tanta capacidade de generalizar, de teorizar, de compreender os fatos nas suas origens e ligá-los a fatos mais amplos de que dimanavam. [...] não escavou documentos não desvendou na pesquisa, que não era do seu gosto, nada factual que determinasse nova visão compreensiva do processo histórico que estudava. Representava os fatos como consequências lógicas de fatos anteriores, ligava-os, compreendia-os e formulava uma doutrina conservadora monarquista [...]

Ao ler o trecho, a afirmação parece um tanto espantosa. Parece João Camillo mais um panfletário de sucesso que um historiador. Como se nota a seguir, o José Honório enumera como vários de seus livros, aqueles de aspecto histórico-político. Talvez essa análise padeça da falta de um olhar um pouco mais aprofundado para a obra *total* do mineiro, inclusive para aquelas que não se inserem no âmbito das “histórias das ideias”, justamente *O homem e a*

³⁰ Isso em parte é possível por uma incrível continuidade (e repetição) de ideias que se vê desde os primeiros livros do autor até os últimos, mais de 30 anos depois. Isso é atestado por José H. Rodrigues (1988, p. 115): “um conjunto orgânico, coerente, único, no desenvolvimento de uma doutrina baseada na concretude da história”, e noutro trecho (ibidem, p. 127): “sua bibliografia é vasta e sempre baseada nos princípios monárquicos, de uma incomparável coerência e unidade orgânica”. Materialmente, serve como demonstração o que declara no prefácio de *Teoria geral da História* o próprio Oliveira Torres (1963, p. 13): “Este livro vem sendo escrito devagar, embora haja tido o impulso final e rápido no segundo semestre de 1959, e princípios do corrente [1960]. [...] Basta recordar que dois §§ (2º e 3º) do capítulo inicial do Livro Segundo foram redigidos com 18 anos de intervalo. A mesma revista ‘*Vozes de Petrópolis*’ os publicou em outubro de 1942 e março de 1960 respectivamente. E, ao reuni-los, pouca alteração fiz...”

montanha e os cinco volumes de *História de Minas Gerais*, este amplo em pesquisa a fontes primárias e novas visões de interpretação da História mineira.

Mesmo que duas, ou talvez uma ampla exceção em cinco volumes em meio a outros 14 livros, acabe por dar razão ao historiógrafo. Páginas adiante (ibidem, p. 127), anota que “sua deficiência principal é a maneira esparramada, sem espírito de síntese, cheia de repetições, num livro e em quase todos os livros, sem pesquisa, pois baseava-se em fontes primárias impressas ou em autores contemporâneos.” É concorde com Mariza de Guerra Andrade (2011, p. 41), neste ponto, as análises de João Camillo em *O homem e a montanha*

São bastante controversas as suas considerações sobre a vida privada e social, não somente pela extrema generalização, mas por constituírem assertivas não convincentes, sobretudo, por virem sem o exame detido de pesquisas e de argumentos, além de alguns equívocos conceituais e respingados por noções românticas.

Outro ponto interessante é notar os momentos em que a análise da obra de João Camillo permite o retorno aos cinco pontos que o próprio José Honório estabeleceu como características da historiografia conservadora e, de alguma forma, das três bases do conservadorismo histórico brasileiro – já enumerados no capítulo 1 desta monografia.

O autor nuncia a defesa da grande tese conservadora, dando voz ao próprio João Camillo *apud* (ibidem, p. 118)

A grande novidade do movimento da Independência do Brasil, que o tornou radicalmente distinto e singular (mais por ausência de dinastias que por falta de vontade de homens), consistiu no fato de já ser o Brasil um reino e como tal permanecer (...) Os brasileiros não conseguiram a Independência arrancando-a à força do Príncipe Regente; pelo contrário, tiveram nele um aliado e companheiro.

E continua, dando mais ensejo ao fato da Independência, além de uma continuidade (e não uma ruptura) foi uma revolução, só que legítima. Citando novamente o próprio Oliveira Torres *apud* (ibidem, p. 119)

Quando o hábito das revoluções não é outro senão o de destruir uma forma de legitimidade, para não dizer toda a legitimidade existente. As revoluções possuem dupla face: destroem uma ordem existente e estabelecem outra. [...] A Independência do Brasil, porém, foi uma revolução legítima: nada quis destruir. O Brasil passou de monarquia absoluta para monarquia constitucional, de reino unido a nação soberana, tudo isto graças à ação de instrumentos de governo e instituições de governo vindas da situação anterior

À essa tese, José Honório se contrapõe (ibidem, p. 118-119):

Sustenta, a seguir a crueza da independência nos Estados Unidos e na América Espanhola, ao contrário do que teria acontecido no Brasil, onde a passagem de um estado para outro foi pacífica. Tentei mostrar no meu livro *Independência, Revolução e Contra-Revolução* a falsidade dessa tese incruenta e acentuar que a ruptura foi evitada pela contra-revolução que existia no bojo da revolução, aparecerá com a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e se reforçará economicamente com o empréstimo em Londres de 1824.

Outro ponto polêmico é também citando Oliveira Torres *apud* (ibidem p. 119):

“O império procurou resolver os conflitos do seu tempo no sentido ‘esquerdista’ de ampliação de liberdades, dentro de esquemas próprios do século: um esquerdismo liberal. E não o que teríamos por ‘esquerdismo’, isto é, socialista”. Ora, seria possível chamar de *esquerdismo liberal* a uma forma de governo que permitiu e conviveu com a escravidão negra?

Ponto muito parecido faz, novamente, o historiador ao analisar as justificativas do monarquista mineiro (ibidem, p. 123)

Afirma que o Império criou uma sociedade aberta num mundo agrário – afirmação com que não concordo, pois o poder foi e continua sendo um círculo de ferro de uma minoria dominante. Nem era possível o Império ser uma sociedade aberta se ela convivia com a escravidão negra.

Mesmo que pareça tirar de João Camillo o mérito de novas sínteses e visões compreensivas, o regala com o reconhecimento do poder de explicação, e o “mérito da coerência intelectual que se observa em todos os seus livros” (ibidem, p. 125). Refere-se a ele também como “monarquista muito convicto e talvez o maior ideólogo da monarquia. Com isso, deu à história brasileira uma visão imperial teórica, complementar à prática e conceito que Joaquim Nabuco realizara” (ibidem, p. 127).

Outro elogio, e elogio repetido e expressivo, é a afirmação de que o conservador monarquista não era propriamente conservador. “todos [os livros] igualmente dominados pela linha interpretativa monarquista, porém menos conservadora que pareceu a muitos e sempre aberta ao exame das influências liberais” (ibidem, p. 125). Cita a opinião de um jornalista: “Francisco Iglesias, num artigo sobre sua morte acentuou que, embora defendesse princípios conservadores e até reacionário, nunca foi um escritor direitista” (ibidem, p. 128).

Afirmação interessante que José Honório Rodrigues (ibidem, p. 114) parece endossar completa e repetidamente – aliás quase à maneira de João Camillo: “Por isso ele não foi um conservador, em termos gerais, nem tampouco um monarquista fechado. Não. Ele admitiu a evolução da Monarquia”. E depois: “Curioso é que sua convicção monárquica era tão forte que ele aceitava a ideia de uma Monarquia social-democrata e até mesmo socialista” (ibidem, p. 127). Cita também longo trecho de Alceu Amoroso Lima *apud* (ibidem, p.128)

[...] Fez do *Império* a meta de sua meditação política. [...] Procurou a via média. Nem à esquerda nem à direita. Idealizou com isso o passado imperial brasileiro, como capaz de fornecer o modelo político nacional. O Império, não apenas como volta ao passado, mas como uma nova partida para o futuro, numa linha típica, na qual a liberdade representava um papel político preponderante. Olhava nesse sentido, e nunca deixava de o invocar, para o exemplo das monarquias nórdicas, da Holanda à Noruega, modelos de um *socialismo monárquico*, a seu ver possível no futuro. Foi essa a sua utopia (...) Fez do *imperialismo* brasileiro, de tipo liberal e já agora socialista, sua utopia particular.

E termina o historiógrafo por dizer (ibidem, p. 127)

Sua defesa da Monarquia como regime modelar para o Brasil não o levou para um conservadorismo empedernido, nem se poderia classificá-lo como um direitista, pois admitia, como já acentuamos, uma monarquia democrática social e até socialista. Era um conservador consciente, lógico, inteligente, convicto e, por tudo isso, muito respeitável na defesa de suas ideias que julgava as melhores para o Brasil.

Essas anotações, embora tentem dar a João Camillo um dinamismo e até uma “imparcialidade” intelectual por não ser “de direita”, já que é um conservador “consciente, lógico, inteligente”, demonstra o que já foi dito sobre a incapacidade dos conservadores se manterem no debate público apenas meio século após a proclamação da república. João Camillo de Oliveira Torres é elogiado como conservador, quanto menos conservador ele é. Merece os elogios, quanto menos conservador aparenta. A língua de pau articula seus primeiros vocábulos.

O próprio historiógrafo reconhece (ibidem, p. 127) que João Camillo, além de rígida fidelidade ao catolicismo, era um homem de formação filosófica. Para um ardente defensor da monarquia parlamentar como era, cabia-lhe a defesa da separação entre chefia-de-Estado (na pessoa do rei) e chefia-de-Governo (num chefe de gabinete). Se fazia essa defesa por motivos conservadores, não invalida o seu próprio argumento de que o chefe-de-Estado **deve** ser neutro para bom funcionamento do sistema – cabendo o direcionamento político (conservador, liberal, nacionalista, socialdemocrata, socialista, reacionário, etc.) ao representante *eleito* da

opinião majoritária no país, o chefe-de-governo. Ao contrário: ao fazer essa defesa da monarquia neutra, e o direcionamento do país dentro do espectro político depender das eleições realça a sua valorização pela democracia. Mas o faz estritamente *por motivos conservadores*, não “apesar deles”, como se percebe que “para ele, a monarquia constitucional teve por inventores *homens que amavam a liberdade*, desconfiavam das utopias e sabiam que a liberdade nasce da limitação do poder” (ibidem, p. 117, grifo meu), endossando assim as teses de Locke e Montesquieu.

Contrastando com a leitura fria das obras, separadas do ser humano, concreto e real, vivente nas Minas Gerais até 1973 nos dá um retrato mais completo o *estudo crítico* de Mari-za Guerra de Andrade (2011, p. 24), ao afirmar que apesar de ser influenciado por G. K. Chesterton³¹ – pensador religioso (e ao final da vida católico) inglês, marcado por ser socialmente engajado para com a religião tradicional –, frequentou os círculos da plural “Esquerda Católica” nas décadas 1960 e 1970. E

Ainda que opositor do governo João Goulart e de certa forma simpático ao ideário udenista, João Camillo tornou-se ativamente crítico contra a violenta perseguição do regime militar aos democratas e militantes socialistas. Ele acolheu no próprio apartamento, em Belo Horizonte, professores e estudantes mineiros perseguidos pelo exército [...]

Segundo entrevista de Raimundo Nonato, ele acreditava inclusive que “a seguridade social *salvaria* o Brasil dos males históricos da desigualdade, mas ferrenho opositor dos usos políticos desse instrumento” (ibidem, p. 25), e ainda que “acreditava nas ações do ‘estado benfeitor’ e deixou marcada essa posição em vários artigos pela imprensa”.

Outra possibilidade investigativa, aqui não realizada por falta de escopo, se muito feito aqui e acolá de maneira não sistemática e esparsa, é o levantamento de todos os autores que ele cita para tentar realizar sua filiação política. Focando na filiação política-teológica de João Camillo, o trabalho já foi adiantado por Rodrigo Coppe Caldeira (2011), utilizando-se de trechos ainda inéditos, cartas e artigos encontrados em arquivos. É claro que é preciso estabelecer um critério: nem todos os autores citados tem o mesmo peso. Especialmente para um historiador que deve citar autores com quem quer esgrimir no campo historiográfico repetidamente.

³¹ G. K. Chesterton (1874-1936), inglês, foi escritor, poeta, ensaísta, jornalista, historiador, biógrafo e filósofo. Entre outras obras de grande importância para se entender a passagem do século XIX para o XX, o livro *Ortodoxia* foi um dos que alcançaram mais sucesso. Neste, e em outros livros e artigos, defende a ortodoxia tradicional da religião ocidental contra os modernismos, ateísmos e o comunismo.

Deve-se procurar por aquelas citações que compõem uma *visão de mundo* do autor, preferencialmente se suas referências são repetidas ou se os pressupostos do citado aparecem marcadamente mesmo sem a citação direta, e não as citações que compõem simples complemento de argumentos ou citações por autoridade em assuntos. É tarefa hercúlea, certamente.

Por sorte, o trabalho foi facilitado pelo próprio João Torres em um texto autobiográfico organizado para a coletânea *Rumos da filosofia atual no Brasil em auto-retratos* do Padre Stanislaus Ladusãns. Lá cita seus referenciais teóricos de primeiro e segundo plano – já facilitando o trabalho de pesquisa. Além de Chesterton, uma das sumidades dentre os conservadores por suas tiradas humorísticas e certeiras,³² Coppe (2011, p. 262) anota que João Camillo

lê Jacques Maritain – considerado pelos conservadores católicos como Plínio Corrêa de Oliveira como um progressista, um dos maiores males da Igreja do século XX – e preza o pensamento de Duns Escoto e Teilhard de Chardin, nomes que influenciaram, como é sabido, muitos padres da dita *ala liberal* no Concílio Vaticano II – e o último levantou inúmeras suspeitas de *modernismo* [para Pio X, a pior das heresias, por ser a união de todas elas] para o Vaticano.

E continua: “não deixa de ser correto afirmar, por outro lado, que João Camillo é conservador em política e avançado em teologia. Para ele, preocupado em agir frente às intempéries do mundo moderno”.

É notório o que diz o próprio João Camillo de Oliveira Torres *apud* Coppe (ibidem, p. 262-263) em um artigo inédito em livro,³³ intitulado *Sou um conservador* afirma:

Da primeira vez que um jornal disse que sou um cidadão conservador, a idéia surpreendeu-me, mas não me chocou. Fiquei até muito honrado [...]
Talvez seja um conservador: alegro-me pelas construções, entristeço-me pelas demolições [...] Dizer que “tudo vai mal” me parece perder tempo, prefiro dizer como devemos fazer para que tudo vá bem. Sou, pois, um conservador, não há dúvida alguma. Mas, se considerarmos o conteúdo de minhas idéias, seria realmente um conservador? [...] Ou quem sabe, sou um verdadeiro conservador, isto é, aquele que procura manter a continuidade e a vida, assim conseguindo o progresso?

³² O caso é feito eloquentemente em *10 Livros que todo conservador deve ler*, por Benjamin Wiker (2016, p. 37): “se eu fosse, por uma estranha circunstância, compelido a oferecer uma prova definitiva da existência de Deus e devesse fazê-lo com o menor número de palavras, eu simplesmente responderia ‘Chesterton’. Que tão estranha e maravilhosa criatura como G. K. Chesterton possa existir torna impossível, quase inconcebível, ser ateu. Nada além de uma causa divina poderia explicar tal superabundância de intelecto continuamente transbordando em gargalhadas”.

³³ Contudo, marcado no seu artigo como sendo parte de um livro com data de 1998, mesmo sem edição. O livro, ao que afirma, foi uma compilação organizada pela família, homenagem que reuniu seus textos jornalísticos e intitulou *O homem interino*.

Nessas perguntas, o convite para que o leitor responda é tentação de enquadrar o autor, de um lado, e por outro, aplicar a si mesmo os conceitos de conservador. Afinal quem não deseja manter a continuidade da vida para assim conseguir o progresso? Noutro artigo do mesmo livro, vemos a afirmação que coroa nossa pesquisa, novamente Oliveira Torres *apud* Coppe (ibidem, p. 266)

Seria eu conservador por ser monarquista? Há um fato: no século passado, de modo geral, os ideais de constitucionalismo e governo representativo, somente tiveram êxito em monarquia [...] Se é ser conservador defender a liberdade, a democracia efetiva, a justiça, obviamente sou um conservador. O caso é que, ou temos um rei, ou não temos liberdade [...] Talvez seja este o verdadeiro conservadorismo: ao invés de destruir a ordem social, ao invés de arrasar todas as instituições humanas, criar um clima em que todos possam viver em paz e liberdade. De fato, sou um conservador: quero a vida, não morte.

Devo enfatizar que essas citações supra de inéditos do historiador mineiro foram encontradas muito depois de finalizada a recensão deste pesquisador com José Honório Rodrigues e sua visão do itabirano como conservador somente porque monarquista, e não direitista. Lendo os dois trechos de João Camillo, fica claro que o objetivo da pesquisa foi alcançado: partindo de *O homem e a montanha* encontrou-se significados mais profundos que a mera fisiologia das obras com o homem parecia indicar. E note-se: significados esses que emergiram da própria tessitura de sentidos do livro, amparados em conceitos cujas arestas eram aparadas à medida que se aplicavam ao objeto – evitando-se ao máximo distorcer o objeto para caber na moldura.

Assim, vê-se que João Camillo é conservador – por suas palavras e especialmente por seu fazer historiográfico. É conservador porque monarquista, sim; mas é monarquista porque deseja conservar a ordem (e ordem para ele é o rei), mesmo que isso signifique monarquia socialista, catolicismo renovado. A tríade expressa por Scruton: autoridade, obediência, tradição ainda estão numa instância anterior, prefiguram as ações políticas partidárias. Na longa – e recentemente quase moribunda – tradição da *historiografia conservadora*, João Camillo foi aqui estudado e encontrado por suas próprias teorias. Reside aí a perenidade de sua leitura para compreender o Brasil sob as lentes conservadoras.

Considerações finais

Por ocasião do objeto de estudo, esta monografia apresentou níveis de metalinguagem. Ao estudar se aquele historiador mineiro, João Camillo de Oliveira Torres, é um conservador, o fizemos justamente com base na obra em que ele argumenta por qual motivo são os mineiros conservadores. Algo como uma mônada de Leibniz, cuja parte reflete já o todo, desde qualquer ponto de observância. Leibniz, filósofo que primeiro restaurou o conceito de “ente-léquia” que João Camillo perseguiu não é aqui citado por acaso: a historiografia conservadora está para as outras historiografias como Leibniz está para o restante da chamada filosofia moderna. Meio esquecido, meio influente, mas discreto.

Não parece casuístico que o conservadorismo, ausente como parece desde a década de 1940 das correntes principais de interpretação do Brasil, tenha-se convertido então numa mera bandeira de oposição ao movimento comunista, este cada vez mais “barulhento”. À altura de 1964, “conservadorismo” já era quase somente um rótulo, embora ainda aglutinador: contra a revolução comunista e a ditadura proletária. Desenrolado o vintênio militar, o rótulo passa a listar tudo de deletério e infame que ocorreu no período. O debate cultural (para alguns a “guerra cultural”) já estava perdida **antes** do regime militar iniciado em 1964. Muitos conservadores (não todos, é certo), no sentido de *atitude perante o mundo*, sentiam vergonha de o serem após 1985 – de se verem associados à suposta tentativa de salvar a democracia ao desenredar em seu gritante oposto. Também não é casuístico que mal largaram mão do poder, os militares assistiram todos seus antigos oponentes assumirem, em menos de 10 anos, por todos os partidos, os cargos mais importantes da nova república. Até os últimos acontecimentos...

Retomadas as observações fundantes deste estudo – o brasileiro comum é conservador “por natureza”, ou melhor, por herança história (portuguesa) – é dado que esse termo precisa ser melhor conhecido e relacionado consigo mesmo. Em matéria política não se pode fiar somente no discurso de atribuição, mas também no de autoafirmação. Atribuições de conservadorismo já fizeram até trostkistas aos stalinistas. Mas quem há de levantar a mão e ser réu confesso? Dentro da intelectualidade brasileira (às vezes o fenômeno parece até mundial) quase ninguém. João Camillo foi certamente um dos últimos, e sua obra – pelo menos aquela de juventude – foi aqui compreendida articulando seus próprios significados interpretativos (o discurso de autoafirmação) mediante a comparação dos critérios de José Honório Rodrigues e outros (o discurso de atribuição). Esse critério é também científico, no quesito de que uma

teoria que não pode explicar-se a si mesma não vale como teoria. Logo, o conservadorismo de João Camillo de Oliveira Torres deve ser explicado pela definição e amplitude do conceito dado por ele próprio – mas sem perder de vista os referenciais teóricos com que as ideias devem ser testadas. O recente interesse na obra de João Camillo, resultando em 2016 numa publicação de inéditos seus é sinal de que algumas ideias e formulações permanecem submersas em relação aos estudos hodiernos, e encontram alguns foros de expressão.

O momento é preciso para se fazer uma revisão de todas as ideias de João Camillo à luz de si próprio. Mas em História nunca há pressa. O nosso autor crê ter descoberto a centralidade do espírito mineiro, distante dos mineiros não centrais, mas essa ausência é também uma identidade, no sentido de que leva todos os mineiros à mesma busca num *inconsciente coletivo*, que ainda sentiria o rebombar dos canhões da Guerra dos Emboabas e que seriam um só modo de vida, da colônia à república.

Sua militância monárquica, assim como católica, revela uma preocupação com os fins da sociedade civil – ela própria, e não a realização de qualquer outro ideal. Tendo isso por base de todas as suas tópicas, João Camillo é seguramente um conservador, que pode defender a teologia progressista e a monarquia socialista, sem deixar de sê-lo. A riqueza de posições defendidas, ao mesmo tempo em que há coerência e inteireza unívoca de suas convicções, faz de João Camillo de Oliveira Torres um microcosmo do conservadorismo à brasileira: realiza a *coincidentia oppositorum* na mediania prudente de propósitos.

Bibliografia

ANTONIL, João André. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1983.

ALCIDES, Sérgio. O lugar não-comum e a república das letras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 44, p. 38-50, jul.-dez. 2008.

ANDRADE, Mariza Guerra de. Estudo crítico In: TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios.

BENZAQUEN, Ricardo. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O catolicismo militante em minas gerais: aspectos do pensamento histórico-teológico de João Camillo de Oliveira Torres. In: ANPUH. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011 p.233-278 .ISSN 1983-2850. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf9/12.pdf>>

CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1).São Paulo: Global, 2006. 51ª ed. rev.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, Maria Bernadete Oliveira de. *Ser conservador*. In: Revista Espaço Acadêmico. Julho de 2015 (mensal), nº 50. ISSN: 1519.6186. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/050/50ccarvalho.htm>>

CARVALHO, Mario Cesar. Céu & Inferno de Gilberto Freyre. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais! p. 4-7. Edição de 12 de março de 2000, Domingo. São Paulo. Também disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2000/03/12/72/>>

CARVALHO, Olavo de. Introdução. In: MERCADANTE, Paulo. *A coerência das incertezas: Símbolos e mitos na Fenomenologia Histórica Luso-Brasileira*. São Paulo: É Realizações, 2001.

_____. *A palavra-gatilho*. (publicado primeiro em Diário do Comércio da ACSP - Associação Comercial de São Paulo < <http://www.dcomercio.com.br/> >) 8 de junho de 2012. Disponível em: <<http://www.midiasemmascara.org/artigos/cultura/13133-a-palavra-gatilho.html>>

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. *TORRES, João Camillo de Oliveira*. 2008. Disponível em: <www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_torresjoaocamillo.html>

COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e a reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014. 128 p.

DAMATTA, Roberto. O Brasil como morada. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2). São Paulo: Global, 2004. 15ª ed. rev.

Folha de São Paulo. *Tendência conservadora é forte no país, diz Datafolha*. São Paulo. 25 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/12/1206138-tendencia-conservadora-e-forte-no-pais-diz-datafolha.shtml>>

HAMILTON, Andy. Conservatism. In: Edward N. Zalta (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2015 Edition). Texto em inglês. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2015/entries/conservatism/>>

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 255 p.

KIRK, Russel. *A política da prudência*. São Paulo: É Realizações, 2013. 496 p.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. São Paulo: Topbooks, 2003. 4ª ed., ver e aum. 318 p.

_____. *A coerência das incertezas: Símbolos e mitos na Fenomenologia Histórica Luso-Brasileira*. São Paulo: É Realizações, 2001. 351 p.

MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. **Estudos avançados**. Universidade de São Paulo: São Paulo, v. 2, n. 3, p. 107-110, Dezembro 1988. ISSN 1806-9592. Disponível em <<http://ref.scielo.org/t2hsmh>>.

MURARI, Luciana. *Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. 234 p.

DE PAULA, João Antonio. O homem, a montanha e nós. In: TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios.

PAOLA, Heitor de. *A língua de pau: por Vladimir Volkoff*. Junho de 2012. Disponível em: <http://www.heitordepaola.com/publicacoes_materia.asp?id_artigo=3273>

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda as "idéias fora do lugar". **Lua Nova** Revista de cultura e política. São Paulo, n. 73, p. 59-69, 2008. Disponível em <<http://ref.scielo.org/5qxdw2>>

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil. Historiografia colonial*. Vol. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

_____. *História da História do Brasil. A historiografia conservadora*. Vol. II, t. 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988

RODRIGUES, Lêda Boechat. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. In: RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil. A historiografia conservadora*. Vol. II, t. 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988

SCRUTON, Roger. *As vantagens do pessimismo – e o perigo da falsa esperança*. São Paulo: É Realizações, 2015. 208 p.

_____. *O que é conservadorismo*. São Paulo: É Realizações, 2015. 328 p.

_____. *Como ser um conservador*. Rio de Janeiro: Record, 2015. 293 p.

SOUZA, Nelson Mello e. Apresentação. In: MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. São Paulo: Topbooks, 2003. 4ª ed., ver e aum.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira Ltda., 1944. Série “pensamento da província”

_____. *O homem e a montanha: Introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios.

_____. *Teoria Geral da História*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1963.

_____. *Interpretação da Realidade Brasileira: introdução à história das ideias políticas no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973. 2ª ed.

TRINDADE, Alexandro Dantas. O pensamento conservador e a formação do povo no Brasil. In: *Ciência & Trópico*, Recife, v. 25, n.2, p. 301-314, 1997.

WEIL, Eric. *Hegel e o Estado* – cinco conferências seguidas de Marx e a Filosofia do Direito. São Paulo: É Realizações, 2011.

WIKER, Benjamin. *Dez livros que todo conservador deve ler – mais quatro imperdíveis e um impostor*. Campinas: Vide Editorial, 2016. 334 p.

ANEXO

Bibliografia de João Camillo de Oliveira Torres, compilada por Paulo Palmeiro Mendes e publicada no Caderno de Sábado, 10 de março de 1973 no *Correio do Povo de Porto Alegre*.^{*}
Em colchetes, adições minhas.

1. *O ensino e a finalidade do ensino universitário*. Belo Horizonte, 1940
2. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1943
3. *O homem e a montanha*. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1944
4. *A libertação do liberalismo*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, 1949
5. *João Surrinha nas montanhas*. Rio de Janeiro. Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, 1952.
6. *A crise da previdência social no Brasil*. Belo Horizonte: Diálogo, 1954.
7. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Jose Olímpio, 1957.
8. *Introdução e notas aos Conselhos à Regente*, de D. Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.
9. *Do Governo Régio*. Petrópolis: Vozes, 1958.
10. *Educação e liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1958.
11. *A propaganda política*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1959.
12. *A história imperial do Brasil e seus problemas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1959.
13. *As aventuras de João Surrinha*. São Paulo: Editora do Brasil, 1959.
14. *Harmonia política*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.
15. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Coleção “Brasiliana” da Companhia Editora Nacional, 1961.
16. *Um mundo em busca de segurança*. São Paulo: Herder, 1961.
17. *O presidencialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Coleção “Brasiliana” das Edições O Cruzeiro, 1961.
18. *A extraordinária aventura do homem comum*. Petrópolis: Vozes, 1961.
19. *Cartilha do parlamentarismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.
20. *História de Minas Gerais* (cinco volumes). Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961-1962.
21. *Vigília na Serra da Piedade*. Belo Horizonte: Editora Vigília, 1962.
22. *Desenvolvimento e justiça. Em torno da Encíclica Mater et Magistra*. Petrópolis: Vozes, 1962.
23. *Teoria Geral da História*. Petrópolis: Vozes, 1963.
24. *História de Minas Gerais*. (para a juventude). Rio de Janeiro: Record, 1963.
25. *História do Império*. (para a juventude). Rio de Janeiro: Record, 1967.
26. *A revolução francesa*. (para a juventude). Rio de Janeiro: Record, 1964.
27. *Razão e destino da Revolução*. Petrópolis: Vozes, 1964.
28. *El-Cid*. (para a juventude). Rio de Janeiro: Record, 1964.
29. *A aurora da civilização*. (para a juventude). Rio de Janeiro: Record, 1964.
30. *Instituições Políticas e Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
31. *Estratificação social no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

32. *O Conselho de Estado*. Coleção “Ensaio Brasileiro”: Edições GRD, 1965.
33. *Educação moral e cívica*. Belo Horizonte: Júpiter, 1966.
34. *Estudos Sociais Brasileiros*. Belo Horizonte: Júpiter, 1968.
35. *Os construtores do Império*. São Paulo: Coleção “Brasília” da Companhia Editora Nacional, 1968.
36. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
37. *Natureza e fins da sociedade política*. Petrópolis: Vozes, 1968.
38. *Lazer e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1968.
39. *Introdução e notas às Cartas ao Irmão Lafayette Rodrigues Pereira*. Coleção “Brasília” da Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1968.
40. *Interpretação da realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.
41. *O ocaso do socialismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1970.
- [42. *A idéia revolucionária no Brasil*. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981. 527 p. (Biblioteca Estudos Brasileiros, 5)]**
- [43. (No prelo) O elogio do conservadorismo e outros escritos. Arcádia Editora. (Coletânea de sessenta artigos, em parte inéditos)]***

Traduções

- Christopher Dawson. *Progresso e religião*. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- Etienne Gilson. *A evolução da Cidade de Deus*. São Paulo: Herder, 1965.
- Walter Lippmann. *Liberdade e bem comum*.

Obras inéditas

1. *O homem interino* (seleção de artigos publicados em jornais) (recordações)
2. *Vida partidária no Brasil*. (completo)
3. *O leigo. Um cidadão de Deus*. (completo)
4. *O Barão de Drummond*. (completo)
5. *D. Pedro I e a Independência*. (completo)
6. *A Princesa Isabel e o Poder Moderador*. (completo)
7. *Liberdade e tecnologia*. (completo)
8. *Natureza e formas de alienação* (?)
9. *Os magos voltam do Oriente*. (completo)
10. *Princípios da previdência social* (completo) [postumamente publicado em 1972]**
11. *O Império Brasileiro Restaurado*. (opúsculo completo)

* Retirado do Anexo de artigo de Rodrigo Coppe Caldeira (2011, p. 277)

** Como pode ser visto na página virtual do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (2008, s. p.)

*** Livro com lançamento previsto para junho de 2016, segundo projeto de arrecadação de fundos coletivos para lançamento da obra: <http://arcadiaeditora.com.br/projects/o-elogio-do-conservadorismo-e-outros-escritos/>